



# O Acordo Comercial UE-Mercosul:

uma análise crítica e uma  
alternativa

## Colofão

*O Acordo Comercial UE-Mercosul: Uma análise crítica e uma alternativa* é uma publicação da coalizão Handel Anders!

Janeiro de 2021

A Handel Anders! é uma coalizão de sindicatos, organizações sociais e camponesas, e cidadãos comprometidos com o comércio sustentável e justo.

Vários membros da Handel Anders! contribuíram para esta publicação, nomeadamente o Both ENDS (Nick Middeldorp e Sinde de Strijcker), a FNV (Tjalling Postma), e a Platform Aarde Boer Consument (Guus Geurts). Finalmente, também tivemos a contribuição de Sara Murawski, coordenadora da coalizão Handel Anders!

Sigrid Deters (Greenpeace Holanda) contribuiu para o capítulo sobre clima e natureza.

Para realizar esta publicação, entrevistamos várias pessoas dos quatro países do Mercosul (líderes indígenas, cientistas e pessoas filiadas a organizações da sociedade civil e sindicatos). Por razões de segurança, decidimos omitir a identidade de algumas fontes. A realização desta tradução foi possível graças ao apoio do programa 'All Eyes on the Amazon'.

EDIÇÃO FINAL: Jilles Mast (Platform Authentieke Journalistiek) [www.authentiekejournalistiek.org](http://www.authentiekejournalistiek.org)  
DESENHO: Karen Paalman [www.getlos.nl](http://www.getlos.nl)

# ÍNDICE

<b>Introdução</b>	<b>4</b>
<b>Capítulo 1. Processo e democracia</b>	<b>6</b>
<i>Autora principal: Sara Murawski — Coalizão Handel Anders!</i>	
<b>Capítulo 2. Impactos na agricultura, pecuária e abastecimento alimentar</b>	<b>11</b>
<i>Autor principal: Guus Geurts — Platform Aarde Boer Consument</i>	
<b>Capítulo 3. Impactos no clima e na natureza</b>	<b>21</b>
<i>Autora principal: Sigrid Deters — Greenpeace Holanda</i>	
<b>Capítulo 4. Impactos nos povos indígenas</b>	<b>27</b>
<i>Autor principal: Nick Middeldorp — Both ENDS</i>	
<b>Capítulo 5. Impactos na economia, no emprego e nos direitos trabalhistas</b>	<b>33</b>
<i>Autor principal: Tjalling Postma — FNV</i>	
<b>Capítulo 6. Uma alternativa</b>	<b>38</b>

# INTRODUÇÃO

No verão de 2021, ficou mais claro do que nunca o quanto as mudanças climáticas já estão afetando o mundo. O número alarmante de incêndios florestais, inundações e secas mostrou que é cada vez mais difícil prevenir e combater as catástrofes ‘naturais’. O último relatório do Grupo das Nações Unidas para Alterações Climáticas (IPCC) alertou para condições meteorológicas ainda mais extremas se não forem tomadas medidas drásticas.

Depois do golpe causado pelo coronavírus, a economia mundial está em recuperação. No entanto, não podemos nos permitir voltar ao velho normal. A crise do coronavírus demonstrou a necessidade de aumentar a autossuficiência regional em necessidades básicas essenciais, como alimentos, medicamentos e equipamentos médicos. A crise climática reforça esta necessidade. Portanto, a comunidade internacional enfrenta um enorme desafio: temos de mudar de rumo radical e imediatamente no sentido de uma transição energética sustentável.

A União Europeia (UE), uma das maiores e mais ricas economias do mundo, tem um papel fundamental a desempenhar, especialmente devido à sua responsabilidade histórica. O Pacto Verde Europeu contém uma série de medidas necessárias para desenvolver uma economia verde, reduzir as emissões de CO<sub>2</sub> e preservar e restaurar a biodiversidade, mas elas não são suficientes. Se quisermos manter o aquecimento global abaixo de 1,5 graus e garantir que nossos ecossistemas não entrem em colapso, temos de fazer muito mais. Particularmente no âmbito do comércio internacional, é preciso dar passos importantes: os acordos do Pacto Verde são inúteis se a UE continuar a favorecer as multinacionais poluentes, facilitar a destruição da natureza no Sul Global e expor as empresas agrícolas familiares a uma concorrência desleal.

O acordo comercial entre a UE e os quatro países do Mercosul — Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai — que é o tema desta brochura, foi negociado por mais de vinte anos. É literal e figuradamente um acordo ultrapassado. Se continuar, minará seriamente as ambições da UE em matéria de clima.

Esta publicação mostra por que razão o acordo UE-Mercosul ameaça a democracia, a agricultura circular e a soberania alimentar, bem como os trabalhadores, a natureza e o clima, os povos indígenas da América do Sul e o desenvolvimento econômico dos países do Mercosul: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Este acordo comercial é um produto neocolonial, que comercializa matérias-primas baratas e produtos agrícolas como ração, carne e biocombustível dos países do Mercosul em troca de produtos industriais de elevado valor da UE, com todas as consequências daí decorrentes. O acordo aumentará o desmatamento e a perda de biodiversidade. A sobrevivência de áreas naturais únicas, como a floresta amazônica, que são essenciais para combater as mudanças climáticas, está em risco.

Felizmente, uma número cada vez maior de países, incluindo a França e a Áustria, assumem uma posição crítica em relação a este acordo comercial poluente. Em 2020, a Câmara dos Deputados da Holanda aprovou uma moção afirmando que o acordo deveria ser rejeitado. Infelizmente, desde então, a ministra do Comércio Exterior e da Cooperação para o Desenvolvimento preferiu esperar, sob o pretexto de que uma avaliação final do acordo só pode ser feita quando o texto final estiver disponível.

Nesse íterim, a Comissão Europeia tenta remediar as imperfeições do acordo, acrescentando documentos que devem fornecer garantias no que diz respeito ao clima, à biodiversidade e aos direitos humanos e trabalhistas. Isto não é suficiente para curar a ferida: o acordo UE-Mercosul é fundamentalmente incompatível com os objetivos internacionais sobre o clima e continua sendo uma ameaça para a natureza, os produtores familiares, os povos indígenas, os trabalhadores e toda a indústria dos países do Mercosul.

No entanto, existem outras opções. No Capítulo 6, a *Handel Anders!* apresenta elementos para uma política comercial global alternativa baseada na cooperação multilateral sob os auspícios da Organização das Nações Unidas (ONU). Dentro dela, os direitos dos povos indígenas, dos trabalhadores, da natureza e do clima têm mais peso do que os das multinacionais e dos investidores. Além disso, ao contrário dos atuais acordos de livre-comércio, estes direitos serão vinculantes.

O modelo alternativo dá prioridade à produção sustentável, em especial por parte das pequenas e médias empresas (PME) e das empresas agrícolas familiares, para mercados locais, nacionais ou regionais. Os países do Sul Global, incluindo os países do Mercosul, terão a oportunidade de proteger seus mercados e desenvolver suas economias como acharem melhor. Desta forma, trabalhamos por um mundo social e economicamente justo e amigável com o meio ambiente.





## Capítulo 1.

# PROCESSO E DEMOCRACIA

*Autora principal: Sara Murawski — Coalizão Handel Anders!*

Em 2019, após 20 anos de negociações a portas fechadas, a UE e o Mercosul celebraram um acordo comercial provisório. Ao longo desse tempo, os povos indígenas, as organizações da sociedade civil e os parlamentos foram marginalizados, ao contrário da comunidade empresarial internacional. Apesar das promessas de melhoria, a democracia, a transparência, os direitos humanos e o meio ambiente sucumbem mais uma vez ante os interesses comerciais. *"Participação dos cidadãos nos acordos comerciais? Isso não existe."*

### Principais pontos:

- Os cidadãos, sindicatos e organizações da sociedade civil não têm voz nem voto nos acordos comerciais internacionais. Isso vale também para o acordo UE-Mercosul.
- A Comissão Europeia está considerando dividir o acordo, o que deixaria países críticos como a França e a Áustria fora de cena.
- As disposições do acordo sobre questões como direitos humanos e meio ambiente são voluntárias. A inclusão de uma declaração interpretativa não alterará o fato de que uma violação destas disposições permanecerá impune.

## Déficit democrático na União Europeia...

Os acordos comerciais como o acordo UE-Mercosul enfrentam um grande déficit democrático. Os representantes eleitos e a sociedade têm pouca influência no conteúdo. É a Comissão Europeia que encabeça as negociações. As multinacionais, com suas enormes máquinas de lobby, são mais capazes do que qualquer outra pessoa de abrir portas em Bruxelas, que muitas vezes permanecem fechadas aos cidadãos, ONGs, sindicatos, organizações camponesas e PME.

O Parlamento Europeu também não está em posição de influenciar no acordo comercial. Só depois de concluídas as negociações é que o Parlamento Europeu poderá decidir se aprova ou rejeita o acordo em sua totalidade. Portanto, não poderá fazer alterações ou ajustes.

## ...e nos países do Mercosul

A situação nos países do Mercosul certamente não é melhor. Aí também existe um importante déficit democrático. No Brasil, a polarização política, a militarização da administração pública, o aumento da pobreza e a proliferação da pandemia do coronavírus silenciaram qualquer debate social. Nas palavras de Graciela Rodriguez, do Instituto Brasileiro EQUIT: *“Na década de 1990 e no início deste século, houve algum espaço para os sindicatos e organizações sociais participarem do processo, mas depois do golpe de 2016<sup>1</sup> isso mudou. Desde então, não há nenhuma possibilidade de dialogar.”*

Eddy Ramirez, presidente da Fundação Hugo, que luta no Paraguai pelos direitos dos povos indígenas, enfrentou barreira semelhante em seu país: *“Contatamos o governo para falar de nossas preocupações sobre o impacto deste acordo no clima, na biodiversidade e na pesca, mas todas as portas permaneceram fechadas.”* Ramirez está profundamente preocupado com a falta de atenção aos povos indígenas durante as negociações. Seu habitat está sob grande pressão do contínuo avanço das empresas agrícolas. *“Eles nem sequer foram consultados pelo governo, embora seja uma obrigação legal.”*

A economista uruguaia Alma Espino descreve a falta de informação e de participação como o maior problema do acordo UE-Mercosul. *“Não há informação, não há transparência e não há oportunidades de participar como cidadão ou organização. Deve haver muito mais participação social antes que o acordo possa ser aprovado.”*

A mesma história se ouve na Argentina. *“Transparência? Nenhuma. Participação cidadã? Também não”,* diz Mercedes Gould, da filial argentina de Amigos da Terra, que faz campanha contra os latifundiários.<sup>2</sup> Não é surpreendente para Gould quase não ter tido debate público na Argentina, mas ela acha isso preocupante. *“Este acordo terá um grande impacto no dia a dia de todo o povo argentino, mas quase ninguém sabe!”*

## SAIBA DEPOIS O QUE PRECISAVA SABER ANTES: AVALIAÇÃO DO IMPACTO AMBIENTAL DO ACORDO UE-MERCOSUL.

A Comissão Europeia realiza sempre a chamada avaliação de impacto ambiental (AIA), para mapear os efeitos de um acordo específico de comércio ou de investimento. Contrariamente ao que o termo sugere, a AIA analisa não só os efeitos ambientais, mas também os efeitos sociais e econômicos, e o impacto nos direitos humanos e no bem-estar dos animais.<sup>3</sup> O objetivo da AIA é orientar as negociações de tal forma que os efeitos negativos sejam limitados e os efeitos positivos sejam os maiores possíveis.

É importante salientar, porém, que no caso do acordo EU-Mercosul, a AIA<sup>4</sup> foi publicada apenas após a conclusão das negociações. O relatório final foi publicado não menos de dois anos após a conclusão do acordo de princípio. Um grupo de ONGs queixou-se à Provedora de Justiça da UE, Emily O'Reilly<sup>5</sup>, que abriu uma investigação. O'Reilly concluiu que o comportamento da Comissão Europeia contradiz os valores europeus que a política comercial deve incorporar. O'Reilly adverte que a conclusão de um acordo comercial antes de que as possíveis consequências sejam devidamente mapeadas "*corre o risco de enfraquecer a capacidade dos parlamentos europeus e nacionais de discutirem o acordo comercial em detalhes.*"<sup>6</sup>

A própria AIA também é alvo de críticas. Um grupo de quase 200 economistas da UE e dos países do Mercosul assinou uma declaração apontando as deficiências.<sup>7</sup> Segundo eles, as diferenças de impacto por setor não foram devidamente levadas em conta. Nos países do Mercosul, por exemplo, o acordo ameaça ter um impacto negativo na indústria local, o que significa que empregos relativamente bem remunerados e qualificados desaparecerão. Por outro lado, só haverá crescimento potencial na agricultura e na mineração, onde o trabalho é muitas vezes não qualificado e mal pago.

Os economistas também apontam para os dados desatualizados que foram utilizados para medir o impacto no desmatamento e na destruição da natureza, e a atitude ingênua expressa na AIA: presume-se que os acordos sobre essa questão sejam totalmente implementados. Além disso, a análise não leva em conta o impacto do acordo sobre os povos indígenas e as consequências da pandemia do coronavírus; por outro lado, o modelo de cálculo utilizado não era consistente com a realidade. Ele se baseou no pleno emprego, enquanto o desemprego cresce por causa da crise.

## Dividir e impor

Muitos acordos comerciais 'modernos' contêm uma seção política e uma seção econômica. Isso é também o caso no acordo UE-Mercosul. A seção política contém acordos para melhorar a cooperação entre a UE e os países do Mercosul. A seção econômica contém acordos sobre a liberalização do comércio. E o capítulo sobre sustentabilidade deverá, pelo menos em teoria, assegurar a proteção do meio ambiente e dos trabalhadores.

No entanto, os textos de negociação que já se tornaram públicos e que estão nas mãos da Greenpeace Alemanha mostram que pouco se pode esperar do último capítulo.<sup>8</sup> A proteção da natureza e a luta contra as mudanças climáticas não são elementos essenciais, mas disposições voluntárias e não vinculantes. Não será possível impor sanções caso um governo não cumpra essas disposições. Quem as ignora, portanto, não corre nenhum risco.<sup>9</sup>



O acordo de Paris sobre o clima é apenas um discurso na seção política do acordo, e seu cumprimento é muito inadequado. Apenas é expressa a 'intenção' de aprofundar a cooperação contra as alterações climáticas em alguns âmbitos, como por exemplo, nas parcerias para a investigação, intercâmbio de tecnologias e transferência de conhecimentos.<sup>10</sup>

As seções políticas e econômicas do acordo UE-Mercosul formam, em princípio, um todo. No entanto, há indicações de que a Comissão Europeia considera a possibilidade de dividir o acordo<sup>11</sup>, o que aumentaria as possibilidades de a seção econômica ser ratificada. A UE tem competência exclusiva neste âmbito: só a Comissão Europeia, o Conselho de Ministros e o Parlamento Europeu podem tomar decisões comerciais.

Se o acordo for dividido, os parlamentos nacionais dos Estados-membros só poderão pronunciar-se sobre a seção política do acordo. Além disso, o acordo dividido pode ser adotado na UE por maioria de dois terços dos votos, enquanto um tratado misto (ou completo, incluindo a Seção de Parceria) deve ser adotado por unanimidade. Com a divisão do acordo, um voto contrário, de um país crítico como a França ou a Áustria, deixará de ser decisivo. Uma vez que o Parlamento austríaco já obrigou o governo austríaco a votar contra o acordo no Conselho de Ministros, a consideração da Comissão de dividir o acordo parece ser uma forma tecnocrática de contornar a tomada de decisões democráticas.

Se a Comissão Europeia prosseguir efetivamente com uma divisão do acordo, isso prejudicará ainda mais sua legitimidade democrática. Em resposta a perguntas escritas do Partido do Bem-Estar Animal, o governo holandês respondeu que considerava que o acordo seria misto e que os parlamentos nacionais teriam o direito de dar seu parecer favorável. Portanto, o governo holandês não confirmou que estará disposto a rejeitar o acordo.<sup>12</sup>

©TROCA - Plataforma por um Comércio Internacional Justo



## Correções

O governo holandês — tal como muitos outros Estados-membros e o Parlamento Europeu — está preocupado com a falta de acordos vinculantes no que diz respeito à proteção da natureza, do clima, dos direitos trabalhistas e do bem-estar dos animais. É por isso que a França e a Áustria não apoiam o acordo em sua forma atual.

A Comissão Europeia se comprometeu a reexaminar o reforço das disposições sobre o clima. O problema é que tanto a UE como os países do Mercosul não querem eles mesmos romper o acordo. Na melhor das hipóteses, pensam em corrigir as deficiências legais do acordo, por exemplo, adicionando um protocolo com compromissos em questões como desmatamento e o Acordo de Paris.<sup>13</sup> No entanto, surge a questão de quão eficaz tal protocolo poderia ser. Embora um protocolo possa conduzir a acordos vinculantes, ele precisa ser coerente com as outras seções do acordo<sup>14</sup>, o que não é de todo uma tarefa fácil.

Outra opção consiste em acrescentar uma ‘declaração interpretativa’, como foi feito no caso do CETA.<sup>15</sup> Uma declaração é mais fraca do que um protocolo, porque só fornece pistas sobre como o acordo deve ser entendido: nada muda no próprio acordo.

Seja como for, nenhuma das duas opções poderá, de forma alguma, eliminar as objeções fundamentais ao acordo com o Mercosul. O acordo de livre-comércio entre a UE e o Mercosul constitui essencialmente uma ameaça para a natureza e para o clima, para os produtores europeus e para os povos indígenas, para os produtores familiares, para os trabalhadores e para toda a indústria dos países do Mercosul. Nenhum protocolo ou declaração interpretativa mudará isso.

---

## Notas finais

1. Naquele ano, houve um processo de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT). Dilma foi sucedida pelo vice-presidente Temer, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) de centro-direita.
2. Isso também é confirmado em nossas entrevistas com representantes das centrais sindicais argentinas (CGT e CTA) e brasileira (CUT).
3. <https://ec.europa.eu/trade/policy/policy-making/analysis/policy-evaluation/sustainability-impact-assessments/>
4. <http://www.eumercosursia.com/>
5. <https://www.veblen-institute.org/EU-Mercosur-trade-agreement-5-organisations-file-a-complaint-with-the-EU.html>
6. <https://www.ombudsman.europa.eu/nl/press-release/en/139425>
7. <http://s2bnetwork.org/open-letter-sia/>
8. Greenpeace: EU-MERCOSUR ASSOCIATION AGREEMENT LEAKS (8 OCTOBER 2020), <https://trade-leaks.org/mercotur-eu-association-agreement-leaks-8-october-2020/>
9. gutachten zum EU-Mercosur Vertrag, 3 de maio de 2021
10. *ibid.*
11. Veja discurso do enviado da UE Josep Borrell no Parlamento Europeu no 19/01/2021: [https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/91753/latin-america-and-caribbean-speech-high-representative-vice-president-josep-borrell-european\\_en](https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/91753/latin-america-and-caribbean-speech-high-representative-vice-president-josep-borrell-european_en)
12. Governo central: Resposta às perguntas sobre o acordo UE-Mercosul março de 2021
13. <https://epc.eu/en/Publications/Mixed-feelings-about-the-EU-Mercosur-deal-How-to-leverage-it-for-sustainable-growth>
14. Hoffman & Krajewski (2021): Legal opinion and proposals regarding a possible improvement or renegotiation of the draft EU-Mercosur Association Agreement [https://www.cidse.org/wp-content/uploads/2021/05/Legal-Opinion-EU-Mercosur\\_EN\\_final.pdf](https://www.cidse.org/wp-content/uploads/2021/05/Legal-Opinion-EU-Mercosur_EN_final.pdf)
15. Acordo Global, Econômico e Comercial entre a UE e o Canadá



## Capítulo 2.

# IMPACTOS NA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO ALIMENTAR

*Autor principal: Guus Geurts — Platform Aarde Boer Consument*

### Principais pontos:

- O acordo UE-Mercosul expõe os produtores e criadores de gado europeus a uma concorrência desleal provocada pelas importações de produtos fabricados com normas ambientais, trabalhistas, de segurança alimentar e de bem-estar dos animais (muito) inferiores. Isso expõe ainda mais as empresas familiares à corrida global para o fundo do poço, o que é particularmente benéfico para as multinacionais.
- Nos países do Mercosul, o aumento da produção de soja, carne e açúcar para a UE será acompanhado pela destruição da natureza e pela violação dos direitos fundiários dos produtores familiares e dos povos indígenas.
- O acordo mina a soberania alimentar<sup>1</sup> em ambos os continentes e torna ainda mais difícil tomar as medidas necessárias para alcançar um abastecimento alimentar mais equitativo e que respeite o meio ambiente. Portanto, uma ampla coalizão de organizações camponesas e da sociedade civil opõe-se a este acordo.<sup>2</sup>

O acordo UE-Mercosul faz parte de uma série de acordos de livre-comércio que trocam interesses ofensivos das empresas industriais e de serviços europeias por concessões no âmbito da agricultura e pecuária. Isso refletiu-se igualmente no acordo CETA com o Canadá e no Acordo de Associação com a Ucrânia. Como resultado, os produtores europeus estão expostos à concorrência de países onde os requisitos ambientais ou de bem-estar animal são (muito) inferiores. O acordo liberaliza totalmente as importações pela UE de 82% de todos os produtos agrícolas (lavoura e gado) dos países do Mercosul. Isto significa que todos os direitos de importação serão abolidos. Para os restantes 18%, foram acordados contingentes de importação com isenção de direitos, isentando determinada quantidade de um produto dos direitos de importação.<sup>3</sup>

Mesmo agora, os acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC)<sup>4</sup> obrigam a UE a importar mais carne, inclusive do Brasil, do que é desejável para um sistema alimentar saudável e sustentável.<sup>5</sup> O acordo comercial UE-Mercosul aumentará o volume de carne importada (veja Tabela 1), enquanto a própria UE já é um exportador líquido de carne.

Produto	Importações correntes do Mercosul (direitos niveladores de importação)	Contingentes adicionais no acordo (direitos niveladores de importação)
Carne bovina	200.000 toneladas	99.000 toneladas (7,5%)
Carne de aves de criação	400.000 toneladas	200.000 toneladas (0%)
Carne suína	desconhecido	25.000 toneladas (83 €/tonelada)
Equivalentes de ovo	desconhecido	6.000 toneladas
Açúcar	180.000 toneladas (98 €/tonelada) do Bras.	fica: 180.000 toneladas (0%) do Bras. 10.000 toneladas do Paraguai
Bioetanol	desconhecido	650.000 toneladas (parcialmente sem direito) nivelador)
Arroz	desconhecido	60.000 toneladas (0%)

	Exportações correntes para o Mercosul	Contingentes adicionais
Queijo	desconhecido	30.000 toneladas
Leite em pó	desconhecido	10.000 toneladas
Leite em pó para lactentes	desconhecido	5.000 toneladas
Carne suína	20.000 toneladas	liberalizado de forma ilimitada

**Tabela 1** Acordos no âmbito da lavoura e pecuária<sup>6,7</sup>

Trata-se, principalmente, de carne bovina e de aves de criação e, em menor medida, de carne suína e ovos. A carne será produzida principalmente no Brasil e na Argentina. Os contingentes — a quantidade que pode ser comercializada no âmbito do novo regime — aumentarão durante um período de seis anos até atingir a quantidade indicada na tabela.

As pesquisas realizadas pela WUR e pela Ecorys em nome do Ministério do Comércio Externo e da Cooperação para o Desenvolvimento mostram que o acordo UE-Mercosul terá um impacto negativo no setor da carne bovina e de vitelo holandês. Porém, a pecuária se beneficiaria de preços mais baixos da ração (soja). Os criadores de aves de criação holandeses também se beneficiariam do acordo, mas isso é por que seus colegas europeus são ainda menos capazes de lidar com a crescente concorrência.<sup>8</sup> É lamentável que os criadores de aves da UE se enfrentem como concorrentes e que os criadores de aves holandeses — que geralmente são empresas de maior porte — ‘ganhem’ de seus colegas.

O estudo subestima o impacto do acordo no desenvolvimento da pecuária sustentável. Por exemplo, ele não considerou a questão de que forma o objetivo de introduzir uma agricultura circular (relativamente cara) na UE, na Holanda e em outros Estados-membros afeta sua posição concorrencial e tampouco discute os impactos do acordo de Paris. O estudo também não levou em conta importações adicionais resultantes de outros acordos de livre-comércio. Nesses outros acordos, a UE também fez concessões no que se refere aos contingentes sem direitos aduaneiros para importação de carne, o que aumenta os problemas dos produtores.

O aumento das importações de carne é compensado pelo aumento das exportações subsidiadas de laticínios europeus para o Mercosul, o que conduzirá a uma competência desleal lá. Foram incluídos contingentes pautais isentos de direitos de exportação para queijo, leite em pó e leite em pó para lactentes. Os produtores de leite europeus poderão beneficiar-se deste fato, embora o preço de vacas e vitelos diminua em consequência do acordo. Por último, as exportações de carne suína da UE para o Mercosul serão liberadas. Isto prejudicará os produtores dos países do Mercosul.

Como resultado dos acordos de livre-comércio para os produtos de lavoura, as importações europeias de açúcar, bioetanol, biodiesel e arroz aumentarão. As importações de soja também aumentarão, porque a Argentina deve abolir o imposto à exportação. Importações adicionais de açúcar e bioetanol podem ter consequências importantes para os produtores europeus, que já experimentaram uma queda forte dos preços do açúcar como resultado da abolição dos contingentes de açúcar em 2017. Com os preços baixos, será muito difícil para os produtores transformarem o funcionamento de suas empresas, tendo em vista o clima e o meio ambiente.

## Concorrência desleal

Os produtores europeus têm de cumprir normas mais rigorosas de segurança alimentar, meio ambiente e bem-estar dos animais do que os produtores de países fora da UE. Há também uma forte pressão social para aumentar ainda mais esses padrões, tendo em vista o clima, a biodiversidade e o uso sustentável de matérias-primas escassas.<sup>9</sup> A UE desenvolveu, portanto, a estratégia *Farm to Fork* (“da fazenda ao garfo”, do produtor ao consumidor). Esta estratégia conduzirá a requisitos ambientais (adicionais) nos próximos anos e, portanto, a custos mais elevados para os produtores europeus. Porém, graças ao acordo com os países do Mercosul e outros acordos comerciais, estes produtores devem competir com importações de produtos baratos, feitos sob padrões mais baixos.

Além disso, o acordo resultará na importação de produtos como carne, em que a UE já é mais do que autossuficiente. Como resultado, os produtores verão seus preços de venda caírem, enquanto os custos aumentarão. A concorrência desleal dificulta, assim, os objetivos europeus e holandeses de aumentar a sustentabilidade da agricultura e inviabiliza uma genuína agricultura circular. Devido à alta importação, principalmente de soja (e os minerais nela contidos), já existe um excedente de esterco que só aumentará devido à importação adicional. A União Agrícola

Holandesa (NAV) também acredita que, para alcançar ciclos fechados, as tarifas de importação de soja não devem ser reduzidas, mas aumentadas. Só assim será viável cultivar plantas ricas em proteínas e óleos vegetais na Europa.<sup>10</sup>

Tal como a NAV, a coalizão Handels Anders! defende a maior autossuficiência possível no setor alimentar, a fim de permitir uma genuína agricultura ecológica circular na UE. Para alcançar isso, é preciso proteger o mercado europeu. Só assim será possível aumentar os requisitos sociais, enquanto os produtores também recebem um pagamento rentável.

(Veja também o quadro na p. 17: **Política de livre-comércio versus estratégia Farm to Fork**)

## Segurança alimentar, saúde pública e bem-estar dos animais estão em risco

Devido ao uso frequente de hormônios e antibióticos nos países do Mercosul, e apesar das promessas sobre controles na fronteira e carne bovina sem hormônios, existem sérias dúvidas sobre a segurança alimentar da carne importada.<sup>11</sup> Regularmente, há escândalos alimentares causados pela fraude, como em 2020, quando duas empresas brasileiras de carne tentaram vender carne de frango infetada com salmonela para a UE, com o conhecimento das autoridades locais.<sup>12</sup> No Mercosul, requisitos de bem-estar animal ou não existem ou têm padrões muito menores que os da UE.<sup>13</sup> Tampouco há um sistema abrangente e verificável de identificação e registro. Uma pequena luz de esperança é que recentemente foram tomadas medidas de precaução para o estabelecimento de requisitos de bem-estar animal na produção de ovos do Mercosul.<sup>14</sup>

Na América Latina, a soja, o trigo, a cana-de-açúcar, as maçãs e as peras são cultivados com muitos agrotóxicos proibidos na UE. Os resíduos desses agrotóxicos entram assim na cadeia alimentar europeia.<sup>15</sup> Luciana Ghiotto, do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia da Argentina (CONICET), descreve o fenômeno da seguinte forma: *“A Argentina e o Brasil desempenharam um papel muito agressivo na última década, pressionando a UE a reduzir suas normas, regulamentos e o princípio de precaução para proteger a saúde de seus cidadãos, a fim de poder exportar seus produtos criados com pesticidas.”* Por outro lado, as empresas europeias como a Bayer-Monsanto — que exportam estes pesticidas para os países do Mercosul — se beneficiam deste acordo.<sup>16</sup>

Embora a manipulação genética só seja permitida em certa medida na lavoura europeia, a importação de soja geneticamente modificada aumentará graças ao acordo. Seu cultivo causa problemas de saúde para a população local devido ao uso frequente de agrotóxicos (principalmente através de aviões de pulverização). Por exemplo, perto dos campos de soja no Paraguai há mais casos de câncer, mais partos prematuros, abortos espontâneos e bebês nascidos com deficiência do que em outras partes do país. Outros problemas de saúde dos residentes locais incluem dores de cabeça, dor abdominal, diarreia e problemas de pele.<sup>17</sup>

## Impactos no abastecimento alimentar nos países do Mercosul

Ghiotto teme que, como resultado do acordo, os países do Mercosul usem cada vez mais terra para a produção em larga escala para a exportação. *“Os acordos de livre-comércio incentivam o surgimento de ‘zonas de sacrifício’ em benefício de culturas de exportação que precisam de grandes quantidades de água. O desvio de cursos de água cria incerteza para as comunidades vizinhas. Não há diversificação das exportações, mas concentração das mesmas culturas que exigem cada vez mais terra: o avanço da fronteira da soja e da pecuária.”* O acordo aumenta, assim, a desigualdade

existente entre grandes proprietários de terras e produtores familiares locais e povos indígenas, cuja produção alimentar sustentável está sendo ainda mais suprimida. Além disso, a produção de carne bovina e o cultivo de soja e de cana-de-açúcar se dá às custas de áreas naturais como a Amazônia, o Cerrado e o Chaco.

©Daniel Beltrá / Greenpeace



São os grandes proprietários que se beneficiam do acordo. Os produtores familiares ficam à mercê deste grupo, frequentemente armado, que os obriga a renunciar a suas terras, com ou sem o apoio das autoridades locais. Atualmente, a distribuição de terras no Mercosul é, de longe, a mais desigual do mundo. O Paraguai é o cúmulo: mais de 70% da terra produtiva é detida por 1% da população.<sup>18</sup> Eddy Ramirez, da Fundação Hugo, no Paraguai, teme que o acordo leve a problemas ainda maiores para os produtores familiares.

*“O acordo levará à expulsão de pessoas de suas terras, e mais pessoas serão deslocadas. A utilização de pesticidas — alguns dos quais são proibidos na UE — é terrível para o meio ambiente, os recursos hídricos e os peixes e, portanto, para a pesca tradicional. A maioria dessas pessoas já vive apertada de finanças e, portanto, as consequências serão enormes.”*

No Brasil, os grandes proprietários recebem muito mais subsídios e empréstimos baratos do que os produtores familiares. Muito dinheiro público vai para as grandes empresas internacionais de carne, como a JBS.<sup>19</sup> Em 2020, a coalizão Global Forest demonstrou num relatório que o agronegócio multinacional, os grandes latifundiários e os governos colaboram estreitamente entre si.<sup>20</sup>

## Um acordo neocolonial

O acordo UE-Mercosul aumentará também o fosso entre os continentes. Trata-se de um acordo neocolonial que visa exportar principalmente matérias-primas (minerais) e produtos agrícolas (de luxo), como ração, carne e biocombustíveis, de países da América Latina em troca de

produtos industriais de alto valor agregado da UE. As empresas industriais e os trabalhadores latino-americanos serão afetados pela concorrência dos automóveis, têxteis, máquinas e calçados europeus.

Tato Figueredo, do Instituto Argentino de Cultura Popular, diz: *"Anos atrás, os países do Norte cruzaram as fronteiras de seu próprio território com seus modelos econômicos, de produção e de desenvolvimento. Esgotaram seus próprios recursos naturais, então importam bens naturais, como alimentos, de outros países. E despejam seus resíduos em outros países. Esse acordo favorece os setores [o agronegócio] que estão deslocando ainda mais a fronteira agrícola<sup>21</sup> para extrair matérias-primas que os países do norte precisam, a saber, proteínas animais e vegetais."*

O modelo econômico do Norte não prioriza o sistema climático ou a proteção dos recursos naturais, mas os subordina ao comércio internacional, segundo Figueredo: *"Os acordos de livre-comércio aprofundam a injustiça histórica e fornecem um marco legal que estabelece esse sistema econômico injusto. Coloca em risco sistemas vitais de água e de alimentos e causa pobreza nas áreas rurais."*

Por meio de acordos de livre-comércio, a UE exporta suas emissões para países do Mercosul. Segundo o Acordo de Paris, os países do Mercosul seriam diretamente responsáveis pelas emissões de gases de efeito estufa liberados na produção agrícola de grande escala, apesar de essa produção se destinar quase que exclusivamente ao mercado europeu.

## A política é corresponsável

Como se depreende de um artigo publicado no sítio Web Pig Business<sup>22</sup>, existem equívocos na política sobre as possibilidades de se chegar a acordos sobre normas ambientais, trabalhistas e de bem-estar dos animais através de acordos de livre-comércio. Alguns políticos parecem não se dar conta de que os acordos não são vinculantes. Apenas a qualidade dos produtos importados pode estar sujeita a requisitos (limitados), mas não há requisitos para as condições em que foram produzidos (por exemplo, meio ambiente, bem-estar dos animais, condições de trabalho).

Esse mal-entendido também aparece com destaque em uma carta de 2019, assinada pelo primeiro-ministro holandês Mark Rutte e outros seis chefes de governo.<sup>23</sup> Nessa carta, elogiam o possível acordo com o Mercosul como um exemplo de como deveria ser um sistema comercial multilateral aberto, justo e baseado em regras. Na realidade, as regras relativas ao meio ambiente, aos direitos trabalhistas e ao bem-estar dos animais só são mencionadas em capítulos não vinculantes sobre sustentabilidade. Em contrapartida, as disposições comerciais, particularmente benéficas para as grandes multinacionais, são duras e vinculantes.

Deve-se notar que os partidos políticos holandeses CDA e VVD apresentaram uma moção na Câmara dos Deputados, em 2011, pedindo que o acordo UE-Mercosul fosse rejeitado, porque as normas desiguais conduzem a uma concorrência desleal para os produtores holandeses.<sup>24</sup> No entanto, numa votação, em 2020, VVD, CDA e D66 não apoiaram uma moção semelhante contra este acordo.<sup>25</sup>

Os acordos de livre comércio também criam um terreno fértil para o populismo, em lugar de combatê-lo. O acordo expõe produtores, trabalhadores e PME a uma concorrência desleal, pondo em perigo seus meios de subsistência e dificultando ainda mais a criação de uma base de apoio para melhorar as normas sociais. Os protestos dos produtores holandeses contra a política de nitrogênio são um bom exemplo disso.



## Resistência dos produtores

Uma ampla coalizão de organizações agrícolas e sociais opõe-se, portanto, ao acordo UE-Mercosul e a outros acordos de livre-comércio, como o CETA e a TTIP. Isso é feito dentro da Coalizão Agrícola para o Comércio Justo, que é composta por Agractie Holanda, Associação para Agricultura e Alimentos Biodinâmicos (BD-Vereniging), Dutch Dairymen Board (DDB), União Agrícola Holandesa (NAV), União de Criadores de Gado Leiteiro da Holanda (NMV) e a Plataforma Terra Agricultor Consumidor.<sup>26</sup> A organização camponesa europeia COPA-Cogeca (da qual a LTO Nederland é membro)<sup>27</sup> e o setor avícola europeu e holandês (Nepluvi) também criticam muito esse acordo.<sup>28 29 30</sup> As organizações camponesas europeias emitiram uma declaração conjunta contra o acordo.<sup>31</sup> Seu pedido: um novo começo para a política comercial com preços justos e proteção dos direitos humanos e do meio ambiente.



## POLÍTICA DE LIVRE-COMÉRCIO VERSUS ESTRATÉGIA FARM TO FORK

Autor principal: Guus Geurts — Platform Aarde Boer Consument

Em 20 de maio de 2020, o Comissário Europeu Timmermans apresentou a estratégia *From Farm to Fork* (F2F) como parte do Pacto Verde Europeu.<sup>1</sup> O objetivo é reduzir as emissões de CO2 em pelo menos 55% até 2030, reduzir a contribuição do fornecimento de alimentos para as emissões de gases de efeito estufa e promover o armazenamento de CO2. Mas como é que estes objetivos se relacionam com a política de livre-comércio e com o acordo UE-Mercosul?

### Elementos positivos da estratégia Farm to Fork

- A Comissão Europeia procura desenvolver uma política coerente em vários âmbitos relacionados com o abastecimento alimentar, clima, remuneração justa para os produtores, saúde pública, segurança alimentar e proteção do meio ambiente e da biodiversidade.
- A estratégia reconhece que os atuais acordos comerciais conduzem a uma concorrência desleal para os produtores, devido a normas mais rigorosas para produtores Europeus no que diz respeito à utilização de pesticidas, o bem-estar dos animais e a segurança alimentar.
- O orçamento da Política Agrícola Comum (PAC) estará disponível para atingir os objetivos da F2F. A PAC disponibilizará recursos, por exemplo, para produtores que aumentam o teor de matéria orgânica no solo. Isto tem efeitos positivos na fertilidade do solo, no clima e nos rendimentos dos produtores.
- Uma proposta de um imposto sobre as emissões de CO2 nas fronteiras da UE (*um mecanismo de ajustamento do imposto sobre o carbono nas fronteiras*) para evitar a concorrência desleal no âmbito do clima.
- O objetivo de aumentar a produção europeia de ração em vez de importar a soja.
- Inclusão de metas para reduzir o uso de agrotóxicos químicos e antibióticos em 50% e fertilizantes em 20% até 2030.
- O objetivo de produzir ecologicamente em um quarto do espaço agrícola europeu.

### Estrangulamentos da estratégia F2F

- A Comissão Europeia ainda não abandonou os acordos de livre-comércio existentes, como o acordo UE-Mercosul. Isto significa que a concorrência desleal continua para os produtores europeus, pela importação de produtos que não cumprem seus requisitos. Portanto, era de se esperar a reação crítica de organizações camponesas como a COPA Cogeca e LTO NL às elevadas metas ambientais da F2F.
- A menção frequente do objetivo de ser 'competitivo' no mercado mundial. O objetivo de que o produtor europeu tenha de competir com sua contraparte de fora da UE não combina com a realização dos outros 'belos' objetivos da F2F. É aqui que entra em jogo a inclusão da 'competitividade' como objetivo 'constitucional' no Tratado de Lisboa.

1. Nota: De acordo com a Greenpeace, o Pacto Verde não é suficiente para atingir os objetivos climáticos do Acordo de Paris. Veja: <https://www.greenpeace.org/nl/natuur/29824/green-deal-fundamentele-omslag-nodig/>

A concorrência no mercado mundial implica a ambição de alcançar os custos mais baixos possíveis para os produtores. Os produtores opõem-se a normas ambientais mais rigorosas caso elas não venham a se refletir no preço de venda. Este pressuposto compromete, assim, a eficácia de toda a estratégia.

- A F2f não trata de alcançar a maior autossuficiência possível em ração e alimentos para consumo humano. Isso leva a uma grande ocupação de água e terras escassas no Sul Global para produtos como soja, óleo de palma, biocombustíveis e madeira. Como já foi dito, a UE quer continuar competindo no mercado mundial. Pela falta de controle da produção, isto conduz ao dumping no Sul Global, porque a atual utilização das subvenções da PAC leva a um comércio abaixo do preço de custo. Assim, produtores familiares e povos indígenas enfrentam, por um lado, a expropriação de suas terras e a consequente incerteza de sua existência e, por outro, a concorrência desleal em seus mercados de alimentos.
- Alinhamento deficiente com a PAC e tomada de decisão lenta. Só em 2023 serão apresentadas propostas políticas para a F2F, enquanto a nova PAC já se inicia em 2022. Além disso, a PAC se mantém plenamente em conformidade com os acordos da OMC, nos termos dos quais os preços aos produtores europeus foram reduzidos e apenas parcialmente compensados por subsídios ao rendimento. Consequentemente, os produtores não recebem preços estáveis e rentáveis, enquanto o orçamento agrícola da UE é também utilizado de forma muito ineficiente e ineficaz.<sup>2</sup>
- Em vez de impor impostos mais elevados sobre as emissões de CO<sub>2</sub> em toda a UE, a Comissão Europeia continua mantendo o Regime de Comércio de Licenças de Emissão (RCLE) para os gases de efeito estufa. Também pretende incluir a agricultura no RCLE, mas isso é um beco sem saída.
- Pouca atenção é dada à elevada dependência dos combustíveis fósseis e às emissões de gases de efeito estufa associadas com o atual provisionamento alimentar industrializado e globalizado da UE. Esses gases são emitidos desnecessariamente por causa da destruição da natureza para a produção de ração, alimentos e biocombustíveis importados pela Europa, a utilização de máquinas, fertilizantes e agrotóxicos, transporte desnecessário e processamento desnecessário de alimentos (em comparação com alimentos produzidos local e regionalmente).

2. Para uma análise mais detalhada do alinhamento da PAC com a OMC desde 1992, veja: <https://www.voedseländers.nl/position-paper-alternatieven-voor-het-huidige-eu-handels-en-landbouwbeleid/>

## Notas finais

1. A soberania alimentar é o direito das pessoas a uma alimentação saudável e culturalmente adequada, produzida de forma ambientalmente responsável e sustentável num sistema alimentar e agrícola que é moldado por elas mesmas. Veja também: <https://www.boerengroep.nl/themas/voedselsoevereiniteit/> e <https://viacampesina.org/en/food-sovereignty/>
2. No dia 1º de outubro de 2019, organizações camponesas e sociais entregaram um manifesto contra os atuais acordos de livre-comércio à Câmara dos Deputados: <https://milieudedefensie.nl/actueel/manifest-bescherm-ons-tegen-handelsverdragen>
3. Efeitos do acordo UE-Mercosul na economia holandesa, WUR e Ecorys (página 18), 2021, veja: <https://www.wur.nl/nl/nieuws/het-eu-mercosur-handelsakkoord-levert-nederland-een-bescheiden-economisch-groei-met-nadelen-voor-de-rundvleessector.htm> e <https://edepot.wur.nl/530438>
4. No Acordo sobre a Agricultura (1995), o objetivo é 'melhorar substancialmente o acesso ao mercado'. Daí resultaram contingentes de importação aos quais não são aplicados direitos aduaneiros de importação ou direitos aduaneiros reduzidos, correspondentes a, pelo menos, 5% do consumo, o chamado contingente pautal. Um acordo que beneficia claramente as multinacionais e os países exportadores que pretendem entrar nos mercados nacionais à custa dos produtores locais.
5. [https://www.wto.org/english/tratop\\_e/agric\\_e/ag\\_intro02\\_access\\_e.htm](https://www.wto.org/english/tratop_e/agric_e/ag_intro02_access_e.htm) e [https://www.wto.org/english/tratop\\_e/tariffs\\_e/tariff\\_data\\_e.htm](https://www.wto.org/english/tratop_e/tariffs_e/tariff_data_e.htm)
6. Brazilian Meat and the EU-Mercosur Agreement (página 38-41), 2021, <https://friendsoftheearth.eu/wp-content/uploads/2021/03/Brazil-meat-industry-and-EU-Mercosur-agreement-REPORT-EN.pdf>
7. EU-Mercosur Trade agreement creating opportunities while respecting the interest of European farmers 2019, [https://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2019/july/tradoc\\_158059.pdf](https://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2019/july/tradoc_158059.pdf) Uiteindelijke EU-Mercosur handelsverdrag moet fair zijn, LTO Nederland, 2 de julho 2019
8. Efeitos do acordo UE-Mercosul na economia holandesa, WUR e Ecorys, 2021, veja: <https://www.wur.nl/nl/nieuws/het-eu-mercosur-handelsakkoord-levert-nederland-een-bescheiden-economisch-groei-met-nadelen-voor-de-rundvleessector.htm> e <https://edepot.wur.nl/530438>
9. Veja também o capítulo 3.
10. NAV: 'Zonder verdienmodel eiwitrijke gewassen mislukt Nationale Eiwitstrategie', 2020 <https://www.akkervijzer.nl/artikel/380858-nav-zonder-verdienmodel-eiwitrijke-gewassen-mislukt-nationale-eiwitstrategie/>
11. <https://www.euractiv.com/section/agriculture-food/news/ceta-and-mercosur-meat-quotas-expose-frances-double-standards/>
12. <https://www.foodsafetynews.com/2020/07/two-brazilian-meat-firms-lose-case-against-eu-import-ban/>
13. The EU-Mercosur trade agreement: A trade-off at the expense of animal welfare, The Greens/EFA in EP, 2021, veja: <http://greens.eu/3z8kkoj>
14. <https://www.eurogroupforanimals.org/news/eu-sets-precedent-first-animal-welfare-based-condition-trade-agreement>
15. Em 2018-19, 7.000 toneladas de pesticidas — proibidos na UE — foram exportados da UE para o Mercosul. EU exports of banned pesticides fuelling death & destruction in Mercosur, maio de 2021, veja: <https://www.guengl.eu/issues/publications/cycle-of-poison-and-molecular-colonialism-in-the-commercial-relationship-between-mercosur-and-the-europeanunion/>
16. [https://www.greenpeace.de/sites/www.greenpeace.de/files/publications/eu\\_mercosur\\_double\\_standards\\_concerning\\_agrotoxics\\_2020.pdf](https://www.greenpeace.de/sites/www.greenpeace.de/files/publications/eu_mercosur_double_standards_concerning_agrotoxics_2020.pdf), Greenpeace Alemanha, 2020 (p. 5)
17. Página 109, Wereldvoedsel — Pleidooi voor een rechtvaardige en ecologische voedselvoorziening, Guus Geurts, 2013
18. Figura 20, PARAGUAY Systematic Country Diagnostic, World Bank Group, 2018, <http://documents1.worldbank.org/curated/en/827731530819395899/pdf/Paraguay-SCD-06292018.pdf>
19. Incentivising deforestation for livestock products: How support for the livestock sector in the EU and Mercosur countries is subsidising forest destruction, 2018, veja: <https://globalforestcoalition.org/perverse-incentives-deforestation-for-livestock/>
20. Circular economy or vicious cycle? How corporate capture of policy-making and perverse incentives are driving deforestation, 2020, veja: <https://globalforestcoalition.org/forest-cover-63/>
21. Na América Latina, a expansão da fronteira agrícola é um fenómeno bem conhecido entre os académicos. O conceito refere-se à expansão das plantações e da pecuária extensiva em detrimento das áreas naturais e dos territórios indígenas.
22. Partij voor de Dieren is bondgenoot van boeren bij Mercosur-deal, 19 de junho de 2019, veja: <https://www.pigbusiness.nl/artikel/208756-partij-voor-de-dieren-is-bondgenoot-van-boeren-bij-mercosur-deal/>
23. Carta de 6 Chefes de Governo, 20 de junho de 2019, veja: [https://www.politico.eu/wp-content/uploads/2019/06/Letter-to-Juncker.pdf?utm\\_source=POLITICO.EU&utm\\_campaign=fb2b463d0f-EMAIL\\_CAMPAIGN\\_2019\\_06\\_24\\_03\\_44&utm\\_medium=email&utm\\_term=0\\_10959edeb5-fb2b463d0f-189810753](https://www.politico.eu/wp-content/uploads/2019/06/Letter-to-Juncker.pdf?utm_source=POLITICO.EU&utm_campaign=fb2b463d0f-EMAIL_CAMPAIGN_2019_06_24_03_44&utm_medium=email&utm_term=0_10959edeb5-fb2b463d0f-189810753)
24. Moção de Koopmans (CDA) Snijder-Hazelhoff (VVD): <https://www.tweedekamer.nl/kamerstukken/moties/detail?id=2011Z05304&did=2011D13161>
25. <https://www.tweedekamer.nl/kamerstukken/moties/detail?id=2020Z03354&did=2020D07035>
26. Em 2016, a Coalizão Agrícola, CETA e TIPP, publicaram sua visão e manifesto em que se pronunciam contra o CETA e a TIPP; desde 2021, são chamados de Coalizão Agrícola para o Comércio Justo. Veja: <http://handelanders.nl/ttip-2-0-onderhandelingen-en-visie-op-landbouw/>
27. Copa Cogeca adds voice to Mercosur concern, 20 junho 2019, veja: <https://www.foodnavigator.com/Article/2019/06/20/Copa-Cogeca-adds-voice-to-Mercosur-concern>
28. <https://www.pluimveeweb.nl/artikel/208915-kippenvleesfabrikanten-luiden-noodklok-over-mercosur-deal/>
29. <https://www.pluimveeweb.nl/artikel/208928-gert-jan-oplaat-witheet-over-mercosur-deal-europese-commissie-lijkt-wel-de-sinterklaasbrigade/>
30. <https://www.globalmeatnews.com/Article/2019/06/19/EU-leaders-express-deep-concern-over-Mercosur>
31. Joint Declaration by European Farmers, 2020, veja: [https://www.eurovia.org/wp-content/uploads/2020/09/EN\\_2020-Peasant-Declaration\\_Stop-EU-Mercosur\\_fi-nal-2.pdf](https://www.eurovia.org/wp-content/uploads/2020/09/EN_2020-Peasant-Declaration_Stop-EU-Mercosur_fi-nal-2.pdf)



### Capítulo 3.

# IMPACTOS NO CLIMA E NA NATUREZA

*Autora principal: Sigrid Deters — Greenpeace Holanda*

#### **Pontos principais:**

- O acordo UE-Mercosul promove o comércio de mercadorias que deveríamos produzir e consumir menos — e não mais — se quisermos pôr termo à crise climática e ecológica.
- O acordo fortalece a agroindústria e aumenta a pressão sobre terras escassas nos países do Mercosul, aumentando ainda mais o risco de desmatamento, destruição da natureza e violações dos direitos humanos.
- O acordo torna mais difícil para a UE e a Holanda fazerem a transição para uma agricultura agroecológica com menos animais e com base em ciclos fechados, o que é necessário para pôr termo à crise climática e ecológica.
- A inclusão de 'cláusulas de sustentabilidade' no acordo não mudará estes problemas fundamentais.

**Nos próximos nove anos, o mundo tem de fazer tudo o que estiver ao seu alcance para enfrentar a crise climática e ecológica. O acordo UE-Mercosul faz exatamente o contrário: incentiva o comércio de matérias-primas e de produtos que provocam desmatamento, destruição da natureza e aquecimento global.**

*“Aqueles que sairão mais fortes desse acordo são as grandes indústrias agrícolas — que já estão envolvidas no roubo de terras de povos indígenas. Este acordo significa mais pressão sobre os povos indígenas e as reservas naturais, mais incêndios florestais e mais emissões de CO2.”* Quem fala é Eddy Ramirez, presidente da Fundação Hugo do Paraguai, movimento que defende os direitos dos povos indígenas. Muitos partilham seu receio de que o acordo acelere ainda mais a espiral descendente de conservação da natureza e os direitos dos povos indígenas.

## O acordo UE-Mercosul agrava a crise climática e natural

A América do Sul possui áreas naturais únicas, cuja conservação é crucial para lidar com a crise climática e ecológica. A floresta amazônica, o Cerrado, o Pantanal e a região da savana do Grande Chaco, que abrange a Argentina, a Bolívia e o Paraguai, são todos fortemente pressionados pelo avanço da indústria agrícola.<sup>1</sup> Essas reservas naturais não apenas abrigam um grande número de espécies vegetais e animais, mas também armazenam grandes quantidades de CO2 que, de outra forma, aqueceriam nosso planeta. Só no Brasil, no ano passado, desapareceram áreas florestais do tamanho da Bélgica<sup>2</sup>, nas quais haviam sido armazenadas 1,77 gigatoneladas de CO2.<sup>3</sup> A destruição de áreas naturais para a pecuária e terras agrícolas é responsável por quase metade das emissões totais de gases de efeito estufa do Brasil.<sup>5</sup>

## Aumento do comércio de produtos do desmatamento

Como resultado do acordo entre a UE e o Mercosul, a produção e importação de soja, aves de criação, carne suína, carne bovina e bioetanol a partir de cana-de-açúcar e milho, que provém dos países do Mercosul, continuarão crescendo. A organização ecológica IAmazon calculou que a crescente demanda por culturas agrícolas e pecuárias destruirá 122 mil hectares de floresta, e isso, no melhor dos cenários. Essa área é maior do que a reserva natural de Veluwe, na Holanda, além do desmatamento existente.<sup>6</sup> Segundo o estudo, o Brasil será o país mais afetado.<sup>7</sup>

Na floresta amazônica, a produção de carne é o principal impulsionador do desmatamento.<sup>8</sup> Embora empresas internacionais prometam repetidamente não comprar de produtores envolvidos no desmatamento, as pesquisas da Greenpeace já mostraram várias vezes que isso não é o caso.<sup>9</sup>

## Mais soja como consequência do acordo UE-Mercosul

Outro fator importante do desmatamento na América Latina é a produção de soja, que é utilizada como ração. Embora o acordo comercial não altere as tarifas de importação de soja que permanecerão zeradas, a importação de soja para ração aumentará, porque a Argentina terá que abolir os impostos de exportação sobre a soja. As exportações para a UE de frango e carne suína – produzidos com ração de soja – também aumentarão, estimulando ainda mais o cultivo de soja.

No Brasil, as maiores empresas de soja estão localizadas no Cerrado que faz fronteira com a Amazônia. Aqui – ao contrário da Amazônia – é permitido substituir grandes pedaços de savana e floresta por campos de soja. Essas empresas de soja em constante expansão no Cerrado também contribuem indiretamente para o desmatamento da floresta amazônica. Os produtores de soja gradualmente empurram os criadores de gado para a floresta amazônica, resultando em exploração florestal e incêndios florestais.<sup>10</sup> Nos últimos anos, o cultivo de soja explodiu em áreas de floresta na Argentina, Uruguai e Paraguai.

## MITOS SOBRE A SOJA

### **Mito 1: o farelo de soja é desperdício (e, portanto, não contribui para o desmatamento)**

O farelo de soja é amplamente utilizado como ração. Muitas vezes, afirma-se que é um produto residual resultante da produção de óleo de soja, que é duas vezes mais caro. Porém, cada grão de soja prensado produz 20% de óleo e 80% de farelo de soja. O resultado é que dois terços do valor econômico total de um grão de soja triturado é obtido a partir de farelo de soja e apenas um terço de óleo.<sup>11</sup>

### **Mito 2: o uso da soja não leva ao desmatamento**

A soja com que se alimenta o gado holandês não causaria desmatamento, pois é soja certificada. De fato, 60% da soja utilizada cumprem os critérios da RTRS (Mesa Redonda da Soja Responsável) e 40% cumprem os critérios da FEFAC (Federação Europeia de Fabricantes de Alimentos Compostos). No entanto, a FEFAC não exclui o desmatamento legal, como no Cerrado brasileiro, descrito acima. Embora os critérios de certificação RTRS sejam um pouco melhores, eles não são suficientes para falar de 'soja responsável'. O desmatamento não é permitido desde 2016, mas o desmatamento que ocorreu antes de 2016, sim, é permitido.

A grande maioria das vendas de soja RTRS é baseada em créditos, em vez de fluxos físicos de soja. Isso significa que a origem real da soja comprada é desconhecida e, de fato, pode levar ao desmatamento. De acordo com as próprias regras da RTRS, as empresas não podem alegar que os produtos 'abrangidos' por créditos estão 'livres de desmatamento'. Além disso, os produtores que desmatam ainda podem obter créditos pela parte que não desmataram.

### **Mito 3: a soja geneticamente modificada não é permitida no mercado europeu**

Por último, a utilização de soja geneticamente modificada – para torná-la resistente à pulverização de glifosato – é permitida, enquanto o cultivo geneticamente modificado é, em grande medida, proibido na UE. Esta soja geneticamente modificada entra simplesmente no mercado da UE como ração. Tanto a RTRS quanto a FEFAC certificam soja transgênica.

Em suma, tanto na certificação RTRS quanto na certificação FEFAC, as alegações sobre produção sustentável são enganosas. Dão uma imagem verde às empresas, enquanto produtos certificados ainda podem contribuir para violações dos direitos humanos e a destruição da natureza.

## Monoculturas cheias de agrotóxicos

Monoculturas gigantes de um punhado de culturas são altamente vulneráveis a doenças e, portanto, requerem grandes quantidades de pesticidas. Na América Latina, muitos agrotóxicos proibidos na UE são utilizados no cultivo de soja, trigo e cana-de-açúcar.

Em 2019, o atual presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, aprovou o uso de 169 pesticidas, incluindo 24 venenos proibidos na UE.<sup>12</sup> Por meio da dispersão pelo vento e águas subterrâneas, essas substâncias se espalham e afetam a saúde humana e ambiental. Os resíduos deixados nas culturas podem voltar ao mercado da UE e a nossos alimentos através de importações.<sup>13</sup>

Para as empresas gigantes químicas europeias, como a Bayer, o acordo comercial é benéfico. Será mais barato para elas fornecerem pesticidas aos quatro países do Mercosul. Isso inclui a exportação de pesticidas contendo toxinas como fipronil e cianamida, que não são permitidos na Europa devido aos altos riscos para seres humanos e a natureza.<sup>14</sup>

© Daniel Beltrá / Greenpeace



## Impactos negativos na natureza holandesa

Na Holanda, a biodiversidade está sob forte pressão. As alterações climáticas e os excedentes de nitrogênio – os mais elevados da UE<sup>15</sup> – contribuem para o esgotamento da natureza. Especialmente em áreas de florestas e charnecas (vegetação baixa) em solos arenosos elevados, como o Sallandse Heuvelrug, a população animal diminuiu drasticamente em tamanho devido ao excesso de nitrogênio. Algumas espécies, como o galo do norte, quase desapareceram.<sup>16</sup>

Nossa natureza mais vulnerável não pode se recuperar sem reduzir drasticamente as emissões de nitrogênio.<sup>17</sup> Se a poluição por nitrogênio não diminuir o suficiente, a restauração da natureza não tem sentido, dizem os especialistas. Portanto, é importante abordar desde o início o problema holandês do nitrogênio.

De acordo com o Serviço Central de Estatística (CBS) e o Instituto Nacional de Saúde e Meio Ambiente (RIVM), a pecuária intensiva é a principal causa do excedente de nitrogênio e fosfato na Holanda.<sup>18</sup> <sup>19</sup> Isso se deve principalmente ao uso de fertilizantes e concentrados como a soja.<sup>20</sup> A soja, que produz desmatamento nos países do Mercosul, causa um excedente de nitrogênio e fosfato na Holanda. A pecuária holandesa deveria – para o benefício da natureza aqui e lá – usar muito menos ração de soja, ao invés de mais.<sup>21</sup>



Para salvar a natureza holandesa e alcançar os objetivos climáticos, temos de fazer a transição para uma agricultura e uma pecuária que respeitem o meio ambiente e os animais, com menos animais. Isso requer uma mudança fundamental na política comercial e agrícola da UE. Os produtores precisam – além de preços lucrativos – de apoio (financeiro) na forma de um fundo de calamidades.<sup>23</sup> Um acordo comercial que força os produtores a competir com carne barata da América do Sul mina qualquer tentativa de tornar a agricultura mais sustentável.

## Reduzir a pegada florestal

Os políticos argumentam frequentemente que o acordo UE-Mercosul é necessário para tornar a agricultura na América Latina mais sustentável. Os defensores do acordo comercial se remetem então a suas cláusulas de sustentabilidade, que levariam, segundo eles, a uma maior proteção do meio ambiente nos países do Mercosul.

Mas se olharmos para os produtos que recebem incentivo, são precisamente os que favorecem a atual crise climática e ecológica. Além disso, as cláusulas de sustentabilidade não são nem vinculantes nem reclamáveis, ao contrário das disposições comerciais duras. No caso do acordo UE-Mercosul, o diabo não está nos detalhes, mas no coração do acordo. Se a UE quiser fazer esforços sérios para reduzir sua pegada ecológica global, concluir um acordo que estimule a importação de produtos que desmatam é a última coisa que se deveria fazer.

A UE deve adotar uma lei florestal que proíba a comercialização de produtos que provoquem desmatamento, degradação de ecossistemas e violações de direitos humanos no mercado europeu. Ao fazer isso, também deveria se esforçar para reduzir o consumo e a produção de carne e produtos laticínios.<sup>25</sup> Dessa forma, podemos permanecer dentro dos limites ecológicos de nosso planeta e impedir que algo que é ‘meramente’ alimento animal contribua para a destruição da vida e da natureza em outras partes do mundo.

## Notas Finais

1. Veja, entre outros, os relatórios recentes da Greenpeace International: ‘Gehakt maken van de Pantanal’ (2021), How JBS is still slaughtering the Amazon (2020), Under Fire (2019), Slaughtering the Chaco Forests (2019).
2. A Bélgica tem pouco mais de três milhões de hectares de terra. De acordo com a Global Forest Watch, 3,2 milhões de hectares de floresta desapareceram no Brasil em 2020. Global Forest Watch, Dashboard (acesado em março de 2021)
3. Global Forest Watch, Dashboard (acesado em março de 2021)
4. Isto é 10 vezes mais do que as emissões totais de gases de efeito estufa da Holanda (166 megatoneladas) no mesmo ano. Isto não significa que todo o CO2 armazenado na floresta tenha sido libertado para a atmosfera. A madeira pode ter sido usada na construção de casas ou móveis.
5. Brazilian Meat and the EU-Mercosur Agreement (página 6), 2021, <https://friendsoftheearth.eu/wp-content/uploads/2021/03/Brazil-meat-industry-and-EU-Mercosur-agreement-REPORT-EN.pdf>
6. Amazon, Is the EU-MERCOSUR trade agreement DEFORESTATION-PROOF?, 2020
7. Idem.
8. <https://research.wri.org/gfr/forest-extent-indicators/deforestation-agriculture>
9. Greenpeace International: ‘Still slaughtering the Amazon’, 2020, veja também notas de rodapé das páginas 5 e 6
10. De verwoesting van het regenwoud begon met de aanleg van de weg, 2020, <https://www.volkskrant.nl/wetenschap/de-verwoesting-van-het-regenwoud-begon-met-de-aanleg-van-de-zwarte-weg--b47fc704/?referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com%2F>
11. Fraanje, W. & Garnett, T., Soy: food, feed, and land use change. (Foodsource: Building Blocks). Food Climate Research Network, University of Oxford, (2020)
12. UnEarthed, Brazil pesticide approvals soar as Jair Bolsonaro moves to weaken rules, 2019
13. Foodwatch (2020): Stop the Poison Boomerang! Background paper, 2020
14. Greenpeace Alemanha: ‘EU-Mercosur Double Standards concerning agrotoxics’, maio de 2020
15. Serviço Central de Estatística, Nutriëntenoverschot landbouw, 13-4-2018
16. Conservação de Aves, Guia de Aves, acessado em abril de 2021

17. Greenpeace, Effecten van stikstofdepositie nu en in 2030: een analyse, 2021
18. Serviço Central de Estatística, Nutriëntenoverschot landbouw, 13-4-2018
19. RIVM, Stikstof, sitio web acessado em maio de 2021
20. Krachtvoer: 420 miljoen kg, kunstmest: 206 miljoen kg (2018) Centraal Bureau voor de Statistiek, Stijgingsstikstofoverschot landbouw door droge zomer 2018, 6-2-2020
21. Veja também o capítulo 2.
22. Greenpeace Holanda: Plan voor groen en eerlijk herstel, 2021
23. Idem.
24. É feita menção específica a produtos com alto risco de desmatamento; Forest and Ecosystem Risk Commodities da FERC
25. A agência de pesquisa científica EAT calculou a quantidade de carne e produtos laticínios que podem ser consumidos para permanecer dentro dos limites planetários. Veja: <https://eatforum.org/eat-lancet-commission/eat-lancet-commission-summary-report/>





## Capítulo 4.

# IMPACTOS SOBRE OS POVOS INDÍGENAS

*Autor principal: Nick Middeldorp — Both ENDS*

### Pontos principais:

- Pressionadas por empresas agrícolas com muito poder político, as comunidades indígenas na Argentina, Brasil e Paraguai estão sendo deslocadas à força e em grande escala. A tomada dos territórios é frequentemente acompanhada de violência brutal.
- Estes despejos ilegais aumentarão, porque as grandes empresas agrícolas são as únicas que se beneficiam claramente do acordo UE-Mercosul. Os líderes indígenas pedem, portanto, que o acordo não seja assinado.
- Não foram realizados os processos requeridos de consulta jurídica dos povos indígenas, e as decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre o direito à terra são ignoradas.

**Para manter feliz o agronegócio com seu poder político, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai renunciam à obrigação constitucional de proteger os povos indígenas. O acordo UE-Mercosul reforçará ainda mais a posição dos magnatas agrícolas, enquanto os povos indígenas têm muito a temer.**

*“Consideramos que vocês – a Holanda, a maior importadora de soja do Brasil –, são em parte responsáveis pelo genocídio que ocorre em nosso território. O presidente Jair Bolsonaro saudou a conclusão do acordo com o Mercosul porque isso lhe permitirá continuar seu trabalho. Vocês vão celebrar com ele? Ou vão nos ajudar a defender nosso território?”*

Essas palavras foram pronunciadas por Nara Baré, presidente da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), numa palestra sobre o acordo comercial com o Ministério das Relações Exteriores da Holanda, em 2019. Baré queria que o governo holandês garantisse que não surgiriam novos conflitos nos territórios dos povos indígenas como resultado do acordo UE-Mercosul. Estas garantias não foram alcançadas, mas o acordo, sim.

## Imprescindível

Todos os países do Mercosul abrigam povos indígenas com sua própria língua, cultura, conhecimento tradicional e uma história que remonta a milhares de anos antes da fundação dos modernos estados colonizados da América. A Argentina tem 35 povos indígenas com uma população total de quase um milhão de pessoas. No Paraguai, esse número chega a 122 mil habitantes, divididos em dezenove grupos culturais, alguns dos quais vivem isolados. O Brasil tem a maior diversidade étnica da América do Sul: até onde sabemos, tem cerca de 900 mil habitantes indígenas, que pertencem a 305 povos indígenas que falam 274 línguas diferentes. Estima-se que 115 povos vivam isolados (relativa ou absolutamente) na região amazônica, alguns dos quais ainda não foram identificados. No Uruguai, a existência de povos indígenas não foi oficialmente reconhecida, mas os membros dos Charrúas realizam uma campanha para que o Estado uruguaio reconheça sua existência.<sup>1,2</sup>

Embora os povos indígenas representem cerca de 5% da população mundial, eles são os guardiões de 25% da superfície terrestre. Eles têm uma relação interdependente com seu habitat ancestral. Seu ambiente é a base material para a continuidade de suas línguas, costumes e conhecimentos. Os povos indígenas desempenham um papel crucial na proteção do meio ambiente e da biodiversidade. Em seus habitats ancestrais, eles cuidam da biodiversidade com uma fração dos custos dos programas oficiais de conservação.<sup>3</sup> Uma pesquisa mostra que proteger os direitos à terra dos povos indígenas na Amazônia é essencial para proteger a floresta amazônica, que abriga cerca de 10% de todas as espécies vegetais e animais em todo o mundo.<sup>4</sup>

## Terricídio

Os países do Mercosul, com exceção do Uruguai, constitucionalmente reconheceram os povos indígenas. Tal como a Holanda, são também signatários da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que é vinculante e que consagra seu direito à autonomia e à preservação da identidade cultural, da religião, da língua e do modo de vida.

Na prática, os indivíduos e povos indígenas enfrentam racismo cotidiano e institucional. Os direitos coletivos pela terra e sua autonomia são amplamente violados. Isto resultou na falta de acesso à saúde pública, à educação e a serviços públicos básicos, como água potável e eletricidade. Os efeitos das alterações climáticas, como mudanças nos padrões de precipitação, também afetam mais severamente as comunidades tradicionais, que muitas vezes dependem de seu ambiente imediato para sua subsistência.<sup>5</sup>

A destruição de florestas, ecossistemas e a expulsão de comunidades indígenas de territórios ancestrais é uma prática diária. Mulheres indígenas na Argentina falam de *'terricidio'*: *"O assassinato dos ecossistemas, das pessoas que habitam o território e das forças que regulam o país, como os espíritos e outras entidades."*<sup>16</sup>

A contínua expansão da 'fronteira agrícola'<sup>17</sup> e das indústrias extrativas continua levando as comunidades marginalizadas à pobreza e contribui para sua erradicação cultural e física. Para os povos que vivem em isolamento voluntário no Brasil e no Paraguai, a agricultura em constante expansão pode literalmente significar seu fim: não só perdem a base de sua existência – seu território –, mas a interação forçada com o mundo exterior os expõe a doenças aparentemente inocentes, como a influenza, que pode ter um resultado fatal para eles devido à falta de resistência.

© Fernando Franceschelli



© Fernando Franceschelli



## Não consultados

O princípio do consentimento livre, prévio e informado (CLPI) para o uso da terra em territórios indígenas não é aplicado em nenhum dos países do Mercosul.<sup>8 9</sup> De modo a manter feliz o agronegócio, detentor de grande poder político, os governos do Mercosul não cumprem com essa obrigação, ainda que estabelecida em lei. Os processos de consulta ou são verificados administrativamente sem dar voz às pessoas, ou são abusivos convidando ou excluindo seletivamente as pessoas.<sup>10</sup> Um funcionário do governo brasileiro se manifestou desta forma: *“Se os povos indígenas dizem ‘não o queremos’, isso não é problema nenhum para nós; dizemos ‘obtemos sua resposta’ e o projeto continua. Não importa se os indígenas querem ou não.”*<sup>11</sup>

A Comissão Europeia também não se esforçou para consultar os grupos indígenas sobre o conteúdo do acordo. Sem dúvida, se supôs que a ‘inclusão’ de povos indígenas em algumas cadeias de produção é boa para seu progresso e para a gestão sustentável das florestas, sem verificar com as comunidades envolvidas, se essa suposição corresponde à realidade.

O acordo também não menciona o CLPI, embora a ONU o reconheça como uma garantia essencial dos direitos dos povos indígenas na terra onde vivem.<sup>12</sup> O acordo elimina a palavra ‘livre’ e enfraquece o princípio para ‘consentimento prévio e informado’, que, aliás, não foi respeitado na prática.<sup>13 14</sup> As partes no acordo nem sequer usam a norma de direitos humanos internacionalmente reconhecida. Isto indica que os direitos dos povos indígenas não têm alta prioridade no acordo comercial. O setor econômico dos países do Mercosul que mais se beneficia desse acordo é o agronegócio, incluindo criadores de gado e produtores de cana-de-açúcar.<sup>15</sup> Eles impulsionam a destruição de territórios de povos indígenas e continuarão aumentando sua produção como resultado da maior demanda na Europa.

Este acordo contribui para a violação generalizada dos direitos humanos das populações marginalizadas, pelo que não deve ser assinado. O crescimento econômico não é desenvolvimento se não for sustentável e se contribui *para o terricídio: a destruição dos territórios e dos povos que os chamam de lar.*

### ARGENTINA

Na Argentina, a população de povos indígenas foi reconhecida como vulnerável pelo Estado em 2020. Por exemplo, os cidadãos indígenas – que vivem em áreas rurais remotas ou áreas urbanas desfavorecidas – muitas vezes têm pouco ou nenhum acesso a água potável segura. Eles não foram incluídos nos planos de combate à pandemia do coronavírus e não raramente são vítimas de racismo e violência policial (IWGIA 2021).

A propriedade comum da terra – que é a norma para muitos povos indígenas – não é reconhecida na Argentina. Isso leva a conflitos com grandes proprietários de terras e projetos de mineração, nos quais as comunidades indígenas raramente vencem. Em 2020, a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou a Argentina por violar os direitos de propriedade indígena no caso Lhaka Honrat<sup>16</sup> e pediu ao Estado que reconhecesse e protegesse legalmente a propriedade comum da terra. A Argentina ainda não tomou nenhuma medida a este respeito, porque não quer prejudicar as atividades de mineração e agrícolas em território indígena.

## PARAGUAI

No Paraguai, o deslocamento forçado de comunidades indígenas está na ordem do dia. Os líderes indígenas que resistem são rotulados de criminosos. As pessoas deslocadas acabam em favelas nas cidades, onde a falta de higiene e cuidados médicos inadequados as tornam extremamente vulneráveis à pandemia do coronavírus. Muitas mulheres e crianças são vítimas de violência e exploração sexual.

A agricultura de grande escala e a pecuária são os motores deste processo. Mesmo as terras sobre as quais as comunidades indígenas têm direitos reconhecidos pelo Estado são roubadas impunemente e de maneira violenta. Enquanto isso, o Estado ignora as sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre os direitos territoriais dos povos indígenas do Paraguai.

Em 2019, houve mais de 4.500 incêndios florestais perto de territórios indígenas. Esta terra foi posteriormente utilizada para agricultura e pecuária, de acordo com o padrão conhecido. As comunidades Itakyry, Veraró, Guyra Payu, Huguá Po'i e Jacuí Guasú denunciaram ameaças e despejos por pessoas armadas não identificadas. Em Ysati, casas e plantações foram incendiadas.<sup>17</sup>

A região do Chaco, lar do povo Ayoreo-Totobiegosode, que vive em completo isolamento, tem uma das maiores taxas de desmatamento do mundo. As empresas agrícolas, entre outras, a empresa brasileira Yaguarete Porã, têm planos de derrubar a floresta para a pecuária de grande porte. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos instou o Estado paraguaio a acabar com a exploração madeireira descontrolada nesta área e a respeitar os direitos fundiários dos Ayoreo-Totobiegos. Até agora, esses apelos ainda não conseguiram que o Estado tomasse qualquer medida.<sup>18</sup>

## BRASIL

No Brasil, a situação já crítica das comunidades indígenas se agravou ainda mais com a chegada de Jair Bolsonaro à presidência. O presidente brasileiro fez declarações públicas como “os índios não falam nossa língua, não têm dinheiro, não têm cultura” e “pena que a cavalaria brasileira não tenha sido tão eficiente quanto a americana, que exterminou os índios.”<sup>19</sup> Bolsonaro foi eleito com o apoio do setor agrário e representa abertamente os interesses desse setor. Isto é testemunhado por seu apoio ao acordo UE-Mercosul. Bolsonaro considera que os povos indígenas, que têm direitos de terra reconhecidos a 12,5% da superfície do Brasil, são um obstáculo.

Após o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, a delimitação e o reconhecimento legal dos territórios indígenas não avançaram mais. O pêndulo está agora movendo-se na outra direção. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a taxa de desmatamento em áreas indígenas acelerou 65% em 2019.<sup>20</sup> A Funai, instituto federal que existe para garantir os direitos dos povos indígenas, foi em grande parte desmantelada no governo Bolsonaro. Além disso, a Funai foi colocada sob o poder de um defensor do setor agrícola e mandatada para conceder direitos de propriedade a ocupantes de terras indígenas roubadas.

Enquanto isso, as invasões de territórios indígenas por fazendeiros, madeireiros e garimpeiros ilegais estão aumentando. O Brasil, depois da Colômbia, México e Filipinas,

é o país onde mais ativistas e líderes indígenas foram assassinados em 2020, com uma tendência visivelmente crescente no nível de violência na presidência de Jair Bolsonaro.<sup>21 22</sup>

O desmatamento e as violentas invasões de terras levam a despejos forçados, encurralando os povos isolados e transformando líderes indígenas em alvos de assassinatos. Maria Luisa, líder indígena, descreve a situação da seguinte forma: *“Quem está na vanguarda da batalha é ameaçado de morte. Porque protegemos nosso povo, porque protegemos a floresta, porque dizemos que a destruição é um erro, porque mostramos nossa resistência.”*<sup>23</sup> A repressão também se estende a organizações internacionais. Em 2018, representantes da indústria da soja no estado do Pará ameaçaram uma delegação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

## Notas finais

1. Devido à falta de informações sobre o Uruguai, este capítulo se concentra na Argentina, Brasil e Paraguai. No Uruguai, o não reconhecimento da identidade indígena de um setor da população é problemático por si só. Veja também: [https://www.gub.uy/ministerio-ganaderia-agricultura-pesca/sites/ministerio-ganaderia-agricultura-pesca/files/documentos/publicaciones/1.%20Informe\\_PI\\_y\\_BN.pdf](https://www.gub.uy/ministerio-ganaderia-agricultura-pesca/sites/ministerio-ganaderia-agricultura-pesca/files/documentos/publicaciones/1.%20Informe_PI_y_BN.pdf)
2. Para mais informações atualizadas sobre os povos indígenas na América Latina e em outros lugares, consulte: <https://www.iwgia.org/en/news/4335-launch-of-the-indigenous-world-2021.html>
3. Walker, W.S., Gorelik, S.R., Baccini, A., Aragon-Osejo, J.L., Josse, C., Meyer, C., Macedo, M.N., Augusto, C., Rios, S., Katan, T., Almeida de Souza, A., Cuellar, S., Llanos, A., Zager, I., Díaz Mirabal, G., Solvik, K.K., Farina, M.K., Moutinho, P., Schwartzman, S. The role of forest conservation, degradation and disturbance in the carbon dynamics of Amazon Indigenous territories and protected areas. PNAS 11 de fevereiro de 2020 117 (6) 3015-3025.
4. consulte: [https://wwf.panda.org/discover/people\\_and\\_conservation/communities\\_and\\_indigenous\\_peoples/](https://wwf.panda.org/discover/people_and_conservation/communities_and_indigenous_peoples/)
5. [https://iwgia.org/images/yearbook/2020/IWGIA\\_The\\_indigenous\\_World\\_2020.pdf](https://iwgia.org/images/yearbook/2020/IWGIA_The_indigenous_World_2020.pdf)
6. Ibid.
7. Um conceito bem conhecido nas ciências sociais latino-americanas, que se refere à fronteira em constante mudança entre a agricultura e a pecuária em grande escala, por um lado, e as áreas florestais cada vez menores, por outro, que muitas vezes são o lar dos povos indígenas. As regiões que sofrem com isso incluem Petén na Guatemala, Mosquitia (Honduras e Nicarágua), Amazonas e Grande Chaco.
8. Verduin, R., Lima, D., Amorim, F., Burger, L., Rodrigues, P., and Alcántara e Silva, V. (2019). Brasil: Silenced Genocides. IWGIA report 27. Copenhaga: IWGIA.
9. IIDH, (2016). La consulta previa, libre e informada: una mirada crítica desde los pueblos indígenas. San José: IIDH.
10. Middeldorp, N. and Le Billon, P. (2021). Empowerment or Imposition? Extractive Violence, Indigenous Peoples, and the Paradox of Prior Consultation. Em: Shapiro, J., and McNeish, J.A. (2021). Our Extractive Age. Expressions of Violence and Resistance. Routledge: London and New York.
11. Entrevista realizada em 6 de maio de 2021 com funcionário do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)
12. [https://www.un.org/development/desa/indigenous-peoples/wp-content/uploads/sites/19/2018/11/UNDRIP\\_E\\_web.pdf](https://www.un.org/development/desa/indigenous-peoples/wp-content/uploads/sites/19/2018/11/UNDRIP_E_web.pdf)
13. O artigo 8b do capítulo TSD prevê: “promover, de maneira apropriada e com consentimento prévio, livre e informado, a inclusão de comunidades locais baseadas nas florestas e povos indígenas em cadeias sustentáveis de abastecimento de produtos florestais madeireiros e não madeireiros, para melhorar seus meios de subsistência e promover a conservação e o uso sustentável das florestas.” Veja: [https://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2019/july/tradoc\\_158166.%20Trade%20and%20Sustainable%20Development.pdf](https://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2019/july/tradoc_158166.%20Trade%20and%20Sustainable%20Development.pdf)
14. Greenpeace Alemanha, junho de 2020: [https://www.greenpeace.de/sites/www.greenpeace.de/files/publications/eu-mercosur\\_free\\_trade\\_agreement\\_legal\\_qa\\_greenpeace\\_june\\_2020.pdf](https://www.greenpeace.de/sites/www.greenpeace.de/files/publications/eu-mercosur_free_trade_agreement_legal_qa_greenpeace_june_2020.pdf)
15. Veja consequências negativas das plantações de cana-de-açúcar para o povo Guarani, MO-Magazine, 2008: <https://www.mo.be/artikel/biobrandstof-verdringt-guarani-indianen>
16. [https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec\\_400\\_esp.pdf](https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_400_esp.pdf)
17. IWGIA, 2020. The indigenous world 2020. edição 34. Copenhaga: Eks-Skolen Trykkeri. Veja: [https://iwgia.org/images/yearbook/2020/IWGIA\\_The\\_Indigenous\\_World\\_2020.pdf](https://iwgia.org/images/yearbook/2020/IWGIA_The_Indigenous_World_2020.pdf)
18. IPMG, 2020. Global Report on the Situation of Lands, Territories and Resources of Indigenous Peoples. Veja: [www.indigenouspeoples-sdg.org](http://www.indigenouspeoples-sdg.org)
19. Survival International 2019, veja: <https://www.survival-international.org/articles/3540-Bolsonaro>
20. O diretor do INPE, Ricardo Galvão, foi demitido por Bolsonaro após tornar públicos esses dados.
21. Global Witness 2021, Last Line of Defence. veja: <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/last-line-defence/>
22. Global Witness, (2020). Defending tomorrow. The climate crisis and threats against land and environmental defenders. Julho de 2020. Veja: <https://www.global-witness.org/en/campaigns/environmental-activists/defending-tomorrow/>
23. Para uma análise aprofundada do padrão de criminalização e violência contra comunidades e líderes indígenas no Brasil, consulte: <https://indigenousrights-international.org/es/recursos/informes>





## Capítulo 5.

# IMPACTOS NA ECONOMIA, NO EMPREGO E NOS DIREITOS TRABALHISTAS

*Autor principal: Tjalling Postma — FNV*

O acordo de livre-comércio entre o Mercosul e a UE terá um impacto negativo nas economias dos países do Mercosul, em sua soberania nacional, desenvolvimento sustentável e integração regional.

### Pontos principais:

- Não existe igualdade entre as economias da UE e as dos países do Mercosul.
- O acordo reforça o papel dos países do Mercosul como meros exportadores de matérias-primas e importadores de produtos industrializados e de alta tecnologia.
- O acordo reforça a desindustrialização dos países do Mercosul.
- O acordo compromete a sustentabilidade e reforça a perda de empregos dignos na indústria e no setor de serviços.
- Isso só leva a um aumento de empregos improdutivos em setores como a agricultura e a mineração.

## Impactos na economia

Os economistas Capaldo e Ömer<sup>1</sup> analisaram criticamente os estudos oficiais sobre o impacto econômico que o acordo terá. Segundo estes estudos, o acordo de livre-comércio produzirá um crescimento econômico inferior a 1%, tanto na UE como nos países do Mercosul. Porém, ambos criticam o modelo de simulação utilizado para esses estudos, que oferece um quadro muito otimista do funcionamento da economia. O modelo baseia-se em três pressupostos muito problemáticos: pleno emprego, continuação da desigualdade de rendimentos e crescimento sustentado da produtividade. Consequentemente, quaisquer efeitos negativos sobre o emprego, a desigualdade e o desenvolvimento da economia são excluídos desde o início.

Capaldo e Ömer chamam igualmente a atenção para os custos do acordo em termos de impacto ambiental, que pode limitar o desenvolvimento econômico. Por exemplo, o crescimento projetado na agroindústria e na mineração pode levar a mudanças no uso da terra, desmatamento e aumento das emissões de carbono no Brasil e na Argentina. Segundo eles, para dar uma imagem verdadeira do 'rendimento' do acordo, esses custos também devem ser incluídos.

Vários estudos<sup>2</sup> mostram que o efeito sobre o emprego na UE é insignificante. Capaldo e Ömer também demonstraram que no melhor dos cenários, as relações entre trabalho pouco qualificado e trabalho altamente qualificado não mudarão. Em outras palavras, o acordo conduzirá ao crescimento de empregos de baixa qualificação e à diminuição de oportunidades para o trabalhador qualificado, gerando, consequentemente, uma fuga de cérebros.

## Desindustrialização

O acordo UE-Mercosul liberaliza mais de 90% do comércio de mercadorias ao longo de um período de 15 anos. Isto significa que os direitos de importação serão abolidos para este percentual do comércio recíproco. O acordo aumentará o fosso econômico existente entre a UE e os países do Mercosul.

Com efeito, foi alcançado um acordo para abolir os direitos aduaneiros em setores estratégicos importantes, como produtos químicos e farmacêuticos e automóveis. Nos últimos dez anos, a indústria já encolheu drasticamente nos países do Mercosul. Há dez anos, a indústria no Brasil respondia por 27% do produto bruto nacional, agora, representa apenas 20%.<sup>3</sup> Para muitas indústrias nos países do Mercosul, a assinatura do acordo poderia ser fatal.

*"O acordo promove a desindustrialização de nossos países. A brecha está crescendo", diz Graciela Rodriguez, que trabalha no instituto brasileiro EQUIT. As importações de produtos industriais da UE substituirão os produtos da indústria nacional. Rodriguez destaca que, no Brasil, o apoio ao acordo vem principalmente da agricultura, da pesca e da mineração. Apenas as exportações de grandes empresas nestes setores aumentarão. "Esse acordo fortalece assim a relação neocolonial existente e a desigualdade entre os dois continentes. Só perderão as empresas que poderiam transformar nossos países."*

Rodriguez também teme a desintegração do bloco Mercosul. Prevê uma corrida para o fundo do poço, em que os membros do Mercosul competirão entre si para oferecer suas matérias-primas o mais barato possível. Um resultado possível é a desintegração do bloco econômico, que coloca cada país individual em maior risco de se tornar um brinquedo na batalha geopolítica entre os Estados Unidos e a China.

O impacto sobre a quantidade e a qualidade do emprego será considerável. Segundo os estudos, o acordo poderia resultar na perda de 186.000 empregos qualificados na região.<sup>4</sup> Estes incluem empregos na indústria automotiva no Uruguai, maquinário no Brasil e no Paraguai, e química e farmacêutica no Uruguai, Paraguai e Argentina.<sup>5</sup> O pequeno aumento da mão de obra masculina não qualificada no setor agrícola não compensa essa perda e, além disso, só se aplica a grandes fazendas.

## Serviços

O acordo UE-Mercosul vai muito além de meras mercadorias. Inclui também serviços, investimentos e contratos públicos. O acordo prevê a privatização de serviços públicos, como o abastecimento de água e a construção de estradas. As empresas locais do Mercosul terão de competir com as multinacionais europeias nesses âmbitos.

Estudos realizados pela central sindical CGT na Argentina mostram que onde quer que as empresas europeias tenham acesso em outras partes do mundo, elas vencem 97% das licitações públicas. A conta é paga pelo usuário final. Em Manaus, os habitantes sabem de tudo isso: após a compra da companhia municipal de abastecimento de água pela empresa francesa Suez Environnement em 2004, os preços aumentaram mais de 30%. Comunidades e mulheres pobres foram afetadas de forma desproporcional.<sup>6</sup> De acordo com o EQUIT, a privatização em curso e o aumento adicional no custo de vida têm *“um impacto sobre as mulheres indígenas, mulheres rurais e mulheres que vivem na periferia urbana.”*

## Garantias comerciais, cláusulas a favor da indústria emergente

O prazo apertado de 15 anos para a aplicação do acordo UE-Mercosul põe em risco uma transição ordenada dos setores produtivos. É extremamente preocupante que o acordo não preveja instrumentos que possam, pelo menos, mitigar os efeitos mais agudos desta transição drástica. Por exemplo, poderiam ser consideradas garantias comerciais em que continuam a ser aplicáveis contingentes à exportação de determinados produtos durante determinado período de tempo, cláusulas de proteção para as indústrias emergentes, acordos de suspensão ou licenças de importação. São todos instrumentos autorizados pela OMC, mas nenhum foi incluído no acordo.

A importância destas garantias não pode ser subestimada. Por exemplo, a União Européia deu instruções aos países do Mercosul para respeitarem as patentes na fabricação de medicamentos durante um período de cinco anos, a contar do registro do produto. Isso representa uma ameaça imediata ao sucesso do programa brasileiro de medicamentos genéricos baratos.

## Impactos nos direitos trabalhistas e no meio ambiente

Os capítulos do acordo sobre comércio e desenvolvimento sustentável (TSD na sigla em inglês) não contêm garantias fortes e vinculantes para garantir o respeito dos direitos trabalhistas (internacionais). O acordo não confere aos sindicatos um papel de supervisão do respeito às normas trabalhistas internacionais fundamentais. O Fórum de Trabalho, uma iniciativa conjunta existente entre os sindicatos da UE e dos países do Mercosul, que poderia controlar a dimensão trabalhista do acordo, não é reconhecido. O papel fundamental dos sindicatos na UE e no Mercosul como motores do desenvolvimento sustentável é ignorado.

## FÓRUM DE TRABALHO

Os sindicatos europeus e do Mercosul (unidos na Confederação Européia dos Sindicatos (CES) e na Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS), respectivamente) criaram um Fórum de Trabalho UE-Mercosul. O principal objetivo é que os sindicatos participem e sejam ouvidos em todas as relações entre a UE e o Mercosul, incluindo os acordos comerciais. Isto assegura o desenvolvimento sustentável com base em direitos humanos e trabalhistas e protege o ambiente e os recursos naturais. Esta é a única maneira de reduzir a desigualdade entre os dois blocos comerciais.

O movimento sindical da UE e do Mercosul opõem-se firmemente à falta de transparência do acordo. Formalmente, o texto completo ainda não foi publicado e, portanto, não é possível avaliá-lo adequadamente. Os sindicatos não foram consultados sobre o acordo e as informações não foram compartilhadas com eles durante as negociações, apesar da pressão dos líderes sindicais em ambos os continentes.



©Roberto Parizotti

O atual governo brasileiro mostra que acordos vinculantes não são um luxo, por assim dizer. Não respeita os compromissos expressos nas cláusulas TSD do acordo UE-Mercosul, nomeadamente: não respeita o meio ambiente, o desenvolvimento sustentável e a aplicação efetiva dos acordos de Paris; não cumpre as convenções da OIT, nem o direito trabalhista mais básico, a liberdade de organização (Convenção 87) foi ratificado pelo Brasil; não protege os direitos humanos; não incentiva a participação nem o diálogo social. A política criminoso do governo brasileiro de destruir o meio ambiente — como responsável direto pelos incêndios na Amazônia — torna o cenário ainda mais sombrio.

Quintino Severo, Subsecretário de Relações Internacionais da Central Única dos Trabalhadores (CUT), descreve a situação da seguinte forma: *“Sob o atual governo, a violência contra os sindicatos está em ascensão e os líderes sindicais são ameaçados, maltratados e assassinados. Mesmo os inspetores do Ministério do Trabalho só podem entrar nas grandes fazendas acompanhados pela polícia.”* Severo acrescenta que a última reforma do Código do Trabalho obriga os inspetores a informar previamente as empresas que pretendem visitar.

Segundo Severo, o capítulo TSD não será capaz de melhorar essa situação. O acordo UE-Mercosul confere demasiadas vantagens e poderes às empresas agrícolas brasileiras, em detrimento da proteção do meio ambiente, dos povos indígenas e dos trabalhadores agrícolas. Severo: *“Este ainda é um modelo agrícola baseado no trabalho escravo.”*

---

## Notas finais

1. Jeronim Capaldo and Özlem Ömer, Trading Away Industrialization? Context and Prospects of the EU-Mercosur Agreement, Global Development Policy Center, Boston University. Junho de 2021. [https://www.bu.edu/gdp/files/2021/06/GEGI\\_WP\\_052\\_FIN.pdf](https://www.bu.edu/gdp/files/2021/06/GEGI_WP_052_FIN.pdf)
2. Veja, por exemplo, <http://www.eumercosursia.com/> e <https://edepot.wur.nl/530438>
3. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, 2020
4. <https://www.politicargentina.com/notas/201801/24412-adviernten-que-el-acuerdo-entre-el-mercosur-y-la-union-europea-podria-dejar-sin-trabajo-a-186-mil-personas.html>
5. <http://ceap.sociales.uba.ar/2020/08/12/estudio-de-impacto-del-acuerdo-mercosur-union-europea/>
6. Entrevista com Graciela Rodriguez, Instituto EQUIT, maio de 2021
7. <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-55130304>



## Capítulo 6.

# UMA ALTERNATIVA

Os interesses dos países mais ricos, dos grandes latifundiários do Sul Global e das empresas multinacionais dominam há muito tempo a política do livre-comércio. Isto produz o esgotamento dos recursos naturais, alterações climáticas e violações dos direitos humanos. Os produtores, os trabalhadores e as PME são sacrificados numa corrida global para o fundo do poço. É tempo de uma política comercial em que o comércio internacional não seja um fim em si, mas um meio de servir às pessoas, ao clima, aos animais e à natureza.

Como alternativa, nós, a coalizão Handel Anders!<sup>1</sup>, preconizamos uma cooperação internacional com outras regras comerciais. Lutamos por um mundo que seja social e economicamente justo e que respeite o meio ambiente, e onde nossos governos protejam esses valores e cuidem das pessoas, do planeta e de seu futuro. Um mundo que prioriza a produção sustentável de PME e propriedades familiares para mercados locais, nacionais ou regionais. A coalizão Handel Anders! quer alcançar uma distribuição justa de renda dentro de cadeias de valor que sejam tão locais quanto possível (desde que isso faça sentido do ponto de vista ambiental). Isso oferece mais possibilidades a produtores e trabalhadores de alcançar uma renda estável e decente, e reduz a pegada de carbono em outras partes do mundo. A Handel Anders! visa preços acessíveis para os consumidores, especialmente os preços para itens de necessidade básica.

Nas regras comerciais alternativas que propomos, os direitos dos indivíduos e dos trabalhadores prevalecerão sempre sobre os interesses das multinacionais e, deste modo, a atual proteção exagerada dos investidores desaparecerá completamente. A nova política comercial contribuirá para a realização efetiva dos objetivos estabelecidos nas convenções das Nações Unidas, como o Acordo de Paris sobre o Clima e a Convenção sobre a Diversidade Biológica. Tratados ambientais, acordos de direitos humanos e normas trabalhistas internacionais, como a liberdade de organização e de negociação coletiva – que se concentram nos princípios de igualdade e de responsabilidade para as gerações futuras – terão precedência sobre as regras comerciais que protegem particularmente as multinacionais.

As novas regras comerciais permitirão que os países do Sul Global desenvolvam e protejam suas economias como acharem melhor e regulamentem suas exportações. Em todo o mundo, os serviços públicos essenciais, como saúde, moradia, educação e abastecimento energético, serão devolvidos às autoridades públicas. O setor financeiro deve ser transformado num setor muito mais regulamentado e orientado para prestar serviços financeiros básicos a todos e contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade justa e sustentável.

## Acordos comerciais internacionais justos em vez das atuais regras da OMC

As atuais regras da OMC não permitem o desenvolvimento de uma alternativa. Estes acordos globais vinculantes da OMC facilitam principalmente a atividade das empresas multinacionais, penalizando assim as PME, as empresas agrícolas familiares, os trabalhadores e o meio ambiente. Por exemplo, o ‘direito de acesso ao mercado’ é o princípio orientador, mesmo que os países sejam autossuficientes em certos produtos. Este ‘direito’ obriga os países a abrir pelo menos parte de seus mercados às multinacionais que oferecem produtos (muitas vezes de qualidade inferior) a preços baixos. Isto conduz a uma concorrência desleal para os produtores locais porque, de acordo com a OMC, não deveria haver requisitos ambientais, trabalhistas e de bem-estar animal para os produtos importados (os chamados Métodos de Transformação e Produção). Os requisitos só são permitidos para o próprio produto importado, como por exemplo aqueles relacionados à segurança alimentar. Além disso, a OMC legitima os subsídios agrícolas na UE e nos EUA dizendo que não distorcem o comércio, enquanto, na realidade, causam dumping abaixo do custo no Sul Global, entre outras questões.

Para alcançar um sistema de comércio justo, é necessária uma alteração drástica das regras da OMC. No entanto, é altamente questionável se isso é possível dentro das atuais relações de poder da OMC. Caso contrário, deveria ser criada nas Nações Unidas uma nova organização multilateral de comércio justo, em substituição da OMC. As convenções sobre os direitos humanos, meio ambiente e os acordos celebrados no âmbito da OIT constituem a base para as novas regras comerciais equitativas.

O ponto de partida é permitir que as regiões ou blocos comerciais, como a UE, o Mercosul e a União Africana, sejam tão autossuficientes quanto possível em questões como agricultura, indústria e serviços. A proteção dos mercados nacionais e regionais é a melhor garantia para criar e preservar emprego, especialmente no Sul Global. Romper a atual dependência de produtos industriais e da inovação tecnológica produzidos no Norte é um pré-requisito para o desenvolvimento. O foco no comércio regional ou local também oferece maior certeza para que possamos continuar fornecendo itens de necessidades básicas, como alimentos, e evitar a ‘exportação’ de danos climáticos e naturais pelo Norte (nossa pegada ecológica). Tendo em vista a escalada da crise climática, essa dependência excessiva do mercado global ameaça a segurança alimentar, especialmente no Sul Global.

Claro, a coalizão Handel Anders! não se opõe ao comércio internacional, mas acredita que deve haver uma mudança de prioridades. Nem todas as regiões podem ser totalmente autossuficientes. O comércio internacional de, por exemplo, produtos tropicais ou mineiros continua sendo necessário, mas os produtores de café e de cacau têm de receber preços justos e estáveis. A este respeito, os acordos multilaterais supramencionados podem desempenhar um papel importante.

## Propostas de cooperação entre a UE e o Mercosul

Alma Espino, professora de Economia da Universidade da República do Uruguai, propõe como alternativa ao atual tratado fortalecer a cooperação com a UE e a integração regional no Mercosul, diversificar a produção e romper a dependência tecnológica do Norte. Luciana Ghiotto, do Conselho Argentino de Ciência e Tecnologia, propõe limitar o acordo a 'acordos mútuos sobre direitos humanos, como acesso à água e alimentos'. A CES e a CCSCS apelam às partes para que renegociem o acordo, a fim de ter devidamente em conta as preocupações dos trabalhadores e dos sindicatos de ambas as partes. O objetivo é chegar a um acordo de cooperação que reforce as relações políticas, sociais, econômicas e culturais entre as duas regiões. Segundo as organizações, devem ser respeitados e promovidos os direitos humanos, o trabalho digno, os princípios democráticos e outras normas internacionais.

## Propostas para uma política comercial justa e que respeite o meio ambiente

A coalizão Handel Anders! apoia estas propostas. Tendo em conta os problemas sociais e ambientais globais urgentes, preconizamos um acordo para melhorar a cooperação política entre a UE e os países do Mercosul. Propomos trabalhar em conjunto na arena multilateral para alcançar regras de comércio internacional justas e sustentáveis.

**Para tanto, apresentamos as seguintes propostas:**

### 1. Maior participação

Os cidadãos e as organizações da sociedade civil participarão mais e em tempo útil na elaboração e no conteúdo de acordos comerciais e de investimento. Os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu participarão mais estreitamente das negociações e conservarão sempre o direito de se pronunciarem sobre os acordos. Haverá diretrizes mais rigorosas para lobistas, com ênfase em influência equilibrada e transparência.

### 2. Reduzir as disparidades econômicas e proteger o emprego

As desigualdades econômicas devem ser reduzidas. Os países do Mercosul devem deixar de ser fornecedores de matérias-primas baratas e de mercados para produtos da UE de elevado valor agregado. Um novo acordo de cooperação dará prioridade ao desenvolvimento sustentável da própria indústria, ciência e trabalho digno. Os países do Mercosul devem continuar a poder proteger sua indústria. Isso requer apoio financeiro e tecnológico, em especial para as PME. Os serviços públicos não devem ser liberalizados ou privatizados.<sup>2</sup>



### 3. Respeitar os direitos dos povos indígenas

Atualmente, os direitos dos povos indígenas à posse da terra e o princípio do Consentimento Livre, Prévio e Informado são amplamente violados nos países do Mercosul, com o Brasil e o Paraguai na vanguarda. Os povos indígenas veem seu território ancestral transformado em plantações de soja e extensas fazendas de gado, enquanto as pessoas que defendem seus direitos correm risco de vida. O fim do desmatamento e da degradação das florestas e dos ecossistemas deve ser uma prioridade para salvar o clima e a biodiversidade do mundo. A Europa contribui indiretamente para estas violações dos direitos humanos e para a destruição da natureza através da importação de produtos sem impor condições rigorosas.

### 4. Diligência devida obrigatória e conformidade com a Lei Florestal Europeia

As empresas serão obrigadas a conduzir investigações de diligência devida sobre o risco de violações de direitos humanos internacionalmente reconhecidas em toda a cadeia de suprimentos. Deverá ser introduzida uma lei florestal europeia que exija que as empresas comercializem apenas produtos livres de desmatamento no mercado da UE. Esta lei deverá proteger outros ecossistemas que não sejam florestas e garantir que os produtos não provocaram violações dos direitos humanos.<sup>3</sup>

### 5. Regulamentar o mercado agrícola e garantir preços justos

A proteção do mercado e a regulamentação do mercado agrícola da UE são necessárias para combinar a internalização dos custos ambientais, trabalhistas e do bem-estar animal no preço de consumo, com um preço justo e rentável para os produtores, sem exploração dos trabalhadores. Ao controlar a produção na UE, o dumping no Sul Global pode ser detido e o Orçamento Agrícola Comum pode ser utilizado de forma muito mais eficaz para alcançar os objetivos sociais. São também necessárias medidas sociais adicionais para garantir o acesso a alimentos suficientes e saudáveis para os grupos mais vulneráveis da sociedade.

### 6. Mais autossuficiência europeia em vez da colonização do Sul Global

Em última instância, a UE tem de deixar de importar produtos do Mercosul ou de qualquer outro lugar, quando isso conduzir, direta ou indiretamente, à destruição da natureza, à violação dos direitos à terra e à emissão de gases de efeito estufa. Isso requer direitos de importação sobre produtos como soja, óleo de palma, biocombustíveis e carne. Desta forma, a cultura de proteaginosas e oleaginosas europeias terá finalmente uma oportunidade e os ciclos poderão ser fechados na medida do possível. É importante reduzir ainda mais a pegada de carbono global da Europa, reduzindo a produção e o consumo de carne e produtos laticínios.

O Pacto Verde Europeu e a estratégia *Farm to Fork* são os primeiros passos importantes para reduzir a contribuição da agricultura para a crise climática e ecológica mundial. No entanto, se a UE quiser atingir estes objetivos, terá de abandonar seu desejo de ser mais competitiva no mercado mundial. A proteção do mercado é uma condição prévia para a eficácia das políticas climáticas e de outras políticas ambientais. Isto evita a concorrência desleal das importações produzidas sob normas ambientais, trabalhistas e de bem-estar animal mais baixas e permite impor às empresas europeias medidas mais rigorosas em matéria de meio ambiente e impostos ecológicos.<sup>4</sup>

## 7. Promover a soberania alimentar

Apoiamos o apelo do movimento camponês internacional La Via Campesina para priorizar a produção e o consumo locais e o direito dos países de proteger seus mercados. A soberania alimentar, na opinião do movimento, significa mais solidariedade internacional em vez de concorrência e a construção de um mundo mais justo, de baixo para cima.<sup>5</sup>

### Notas finais

1. Em novembro de 2020, a coalizão Handel Anders! lançou a publicação 'Handel Anders! Um apelo a um comércio justo e sustentável.' A alternativa apresentada neste capítulo baseia-se (em grande medida) num resumo dessa publicação. Para mais detalhes e a análise subjacente, consulte: <https://handelanders.nl/wp-content/uploads/2020/11/publicatie.pdf>
2. Veja declaração conjunta dos sindicatos da UE e do Mercosul: <https://www.etuc.org/en/publication/cono-surccscs-etuc-joint-statement-bi-regional-association-agreement-between-european>
3. No dia 17 de novembro de 2021, a Comissão Europeia apresentou um projeto de lei para garantir que os produtos importados pela UE estejam livres de desmatamento. Porém, a proposta tem várias lacunas importantes. Por exemplo, além das florestas, é importante incluir ecossistemas essenciais como savanas e pântanos na lei e melhorar a garantia dos direitos humanos. Produtos como açúcar e borracha também devem ser incluídos. Veja: [https://ec.europa.eu/environment/publications/proposal-regulation-deforestation-free-products\\_en](https://ec.europa.eu/environment/publications/proposal-regulation-deforestation-free-products_en) e a análise da WWF: <https://www.wwf.eu/?5179866/EU-deforestation-law-proposal-Off-to-a-forte-start-but-loholes-must-be-closed>
4. Por esta razão, o economista Mathijs Bouman também pede taxas de importação: <http://mathijsbouman.nl/pijnlijk-voor-liberale-economen-voor-een-effectief-klimaatbeleid-zijn-misschien-flinke-importheffingen-nodig/> e <https://fd.nl/opinie/1380747/hogste-tijd-voor-co2-belasting-op-vuile-import-ook-als-we-daarvoor-handelsregels-moeten-aanpassen-kqd1caiVtPza> PvdD, SP, Volt e BBB apresentaram uma moção de escopo semelhante em 2021: <https://www.tweedekamer.nl/kamerstukken/moties/detail?id=2021Z16613&-did=2021D35761>
5. <https://viacampesina.org/en/food-sovereignty/> e <https://viacampesina.org/en/food-sovereignty-now-depth-guide/>



**A Handel Anders! é uma coalizão de sindicatos, organizações sociais e camponesas, e cidadãos comprometidos com o comércio sustentável e justo.**